



**Universidade Federal de Pernambuco**  
**Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente**

**Elielton Alves de Albuquerque**

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA ONZE NEGRAS – CABO DE SANTO  
AGOSTINHO/PE**

**Recife, 2011.**

**ELIELTON ALVES DE ALBUQUERQUE**

**TERRITÓRIO E IDENTIDADE: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA ONZE NEGRAS – CABO DE SANTO  
AGOSTINHO/PE**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco como requisito para obtenção do grau de mestre em Gestão e Políticas Ambientais.

Orientação: Dr<sup>a</sup> Vitória R. F. Gehlen

Co-orientação: Dr<sup>a</sup> Valdenice J. Raimundo

**Recife, 2011.**

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Divonete Tenório Ferraz Gominho, CRB4- 985

A345t Albuquerque, Eielton Alves de.  
Território e identidade: conflitos socioambientais na comunidade quilombola onze negras – Cabo de Santo Agostinho/PE / Eielton Alves de Albuquerque. – Recife : O autor, 2011.  
108 f. : il., fig., gráf.

Orientadora: Profa. Dra. Vitória Régis Fernandes Gehlen .  
Co-orientação: Profa. Dra. Valdenice J. Raimundo.  
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, 2011.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

1. Gestão ambiental. 2. Conflitos socioambientais. 3. Território. 4. Identidade. 5. Participação social. 6. Comunidades quilombolas. I. Gehlen, Vitória R. F. (Orientador). II. Raimundo, Valdenice J. (Co-orientadora). III. Título.

363.7 CDD (22.ed.)

UFPE (CFCH2011-34)



Universidade Federal de Pernambuco  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente  
Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais



**“TERRITÓRIO E IDENTIDADE: CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA  
COMUNIDADE QUILOMBOLA ONZE NEGRAS-CABO DE SANTO  
AGOSTINHO/PE”.**

**ELIELTON ALVES DE ALBUQUERQUE**

**Data de aprovação: 21/02/2011**

**Orientador**

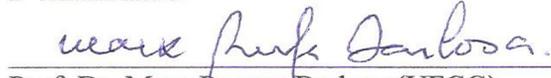
  
Prof.ª Dr.ª Vitória Régia Fernandes Gehlen(UFPE)

**Examinadores:**

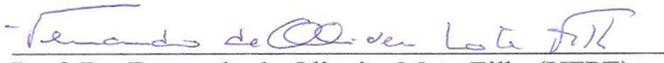
**1º Examinador**

  
Prof.ª Dr.ª Rosa Ester Rossini(USP)

**2º Examinador**

  
Prof. Dr. Marx Prestes Barbosa(UFCG)

**3º Examinador**

  
Prof. Dr. Fernando de Oliveira Mota Filho(UFPE)

## DEDICATÓRIA

*Dedico este trabalho a minha família, a comunidade quilombola Onze Negras e todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para conclusão desta etapa.*

## **AGRADECIMENTOS**

Apreendi que para se iniciar e terminar um mestrado se faz necessário a busca por outros alicerces para que se possa encarar com afincos e dedicação a essa trajetória. Felizmente os encontrei, sendo, portanto tarefa fácil agradecer a todos por tudo.

A **Deus** pela sabedoria e soberania, pois sem ele eu nada seria;

A minha família, meus pais **Elias Marinho** e **Leci Alves** e minha irmã **Eline Mirelly**, pelo apoio incondicional, amor, carinho e exemplo de união;

A minha orientadora **Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vitória Gehlen**, pelo acolhimento, depósito de confiança e dedicação demonstrados do início ao fim deste trabalho;

A minha co-orientadora **Prof.<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Valdenice Raimundo**, pela disponibilidade e dedicação;

A **UFPE** pelo aprendizado;

A todos que fazem parte do **PRODEMA – UFPE: professores**, pelo aprendizado adquirido e **funcionários**, pela prontidão e paciência;

A todos que fazem parte da **Comunidade Quilombola Onze Negras – PE**, principalmente **Dona Fátima** pela disponibilidade e recepção;

Ao **Grapp** – Grupo de Pesquisas e Estudos em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas, pelo apoio e disponibilidade de materiais, principalmente **Carlos, Emmanuele, Flaviane e Magali**;

Aos colegas de Mestrado e amigos conquistados, que contribuíram cada um, de maneira especial, através de nossas discussões e troca de experiências, moldando assim, também este trabalho:

**Andrezza Monteiro** – pela relação da habitabilidade e o idoso na periferia;

**Cecília Barreto** – pelos passivos ambientais;  
**Fernanda Calumby** – pelo turismo sustentável e segurança alimentar;  
**Guilherme Araújo** – pelas certificações agrícolas;  
**Jamile Mileipe** – pela ética ambiental;  
**Letícia Almeida** – pela gestão ambiental em unidades de conservação;  
**Luciana Rodrigues** – pela percepção através de imagens;  
**Luiz Henrique Alves** – pelo racionalismo urbano;  
**Maria Edilene Gasparini** – pela valoração dos recursos ambientais;  
**Maria José Pereira** – pelo conflito social;  
**Milena Simões** – pelo envolvimento sustentável;  
**Marcelo Aquino** – pela renaturalização em microbacias;  
**Maiara Gabriele** – pela gestão ambiental no setor sucroalcooleiro;  
**Mariana Momesso** – pelas funções socioambientais das propriedades rurais;  
**Rosiglay Cavalcante** – pelos impactos ambientais urbanos;  
**Sunamita Íris** – pelos impactos das tecnologias alternativas agrícolas;  
**Vivian Damasceno** – pelo turismo sustentável.

Em especial a **Maria José Pereira**, pela companhia, amizade, dedicação, companheirismo e fidelidade demonstrados desde o início do nosso convívio que marcou e contribuiu ricamente na conclusão e desenvolvimento desta Pesquisa;

Aos Amigos: **Hannah Stella, Ana Paula Nascimento, Gilson Paz, Edson Caetano, Gustavo Ribeiro, Lívia Lima, Nathália Rodrigues, Lídia Freitas, Marília Gabriela, João Paulo, Robson Gustavo, Leandro Gomes, Sérgio Guerra, Gleidson Luiz**, que sejam em atitudes ou palavras, contribuíram sim para mostrar que eu seria capaz;

Aos demais familiares, principalmente tios (**João e Lúcia**) e primas (**Dinha e Nane**) que em momentos especiais, sempre tiveram palavras amigas que sem saber, me fortaleciam.

**Muito Obrigado!**

*“Temos direito a igualdade sempre que a diferença nos inferioriza. Temos direito à diferença sempre que a igualdade nos descaracteriza”.*  
(SOUZA SANTOS, 2002:75)

*“O importante não é o que fazem do homem, mas o que ele faz do que fizeram dele”.*  
Jean Paul Sartre.

## RESUMO

Na sociedade contemporânea são grandes as preocupações frente às alterações ambientais e a maneira como as relações humanas estão entrelaçadas a esta problemática. O acelerado desenvolvimento científico e tecnológico baseado na utilização de recursos da biodiversidade e no conhecimento de comunidades tradicionais nos leva a discutir a atual realidade. Cabe questionar os padrões de desenvolvimento a serem adotados e o envolvimento da região, de modo que a utilização desses recursos se dê em bases sustentáveis, que garantam o desenvolvimento socioeconômico e a conservação do meio ambiente, preservando assim a identidade e o espaço vivido das comunidades tradicionais. É nesta perspectiva de estudo que esta pesquisa de baseia, trilhando seus esforços na compreensão da temática dos conflitos socioambientais, território e identidade. A pesquisa se desenvolveu com base no conceito de conflito socioambiental de Acselrad (1995). Entende-se conflito socioambiental como um conflito social em torno do modo de apropriação e uso dos elementos da natureza, envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas. A comunidade quilombola Onze Negras, Cabo de Santo Agostinho-PE, surge, com referencial empírico, como um espaço de conflitos a partir do qual foi possível destacar alguns dos conflitos socioambientais existentes pela perspectiva da própria comunidade, que vê nestes conflitos a perda de sua identidade, aspecto trabalhado aqui segundo os princípios de Castells (1999), que define identidade como fonte de significado e experiência de um povo. Ela permite a um indivíduo localizar-se em um dado sistema social e ser localizado por este. Com isto há também uma invasão do território, que é trabalhado no contexto de Haesbaert (2005), que enfatiza que o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”; assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”. Diz respeito a poder tanto no sentido mais concreto, de dominação, quanto no sentido mais simbólico, de apropriação. Na visão de Raffestin (1993), o território se forma a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator “territorializa” o espaço. Diante dessa conjuntura, esta pesquisa teve como objetivo analisar as condições em que se processam os conflitos socioambientais na comunidade quilombola Onze Negras, identificando os atores envolvidos e como os mesmos influenciam a perda de território e identidade da comunidade. O estudo caracterizou a Comunidade Quilombola Onze Negras e identificou, junto a comunidade, os principais conflitos existentes, os atores envolvidos e como se dá a participação social na resolução dos mesmos. Em um enfoque dialético, a metodologia da pesquisa se estruturou na Triangulação de Métodos (Minayo, 1994), estabelecendo abordagens qualitativas com enfoque interdisciplinar na análise e discussão dos resultados. O estudo, de um modo geral, evidenciou que a produção social do espaço possui profundos rebatimentos nos conflitos socioambientais e que o território quilombola vem sendo invadido pela pressão das empresas que se instalam no seu entorno. Ainda assim, a comunidade preza por sua identidade e a participação social é efetiva na busca da resolução dos conflitos existentes.

**Palavras-chaves:** Conflitos socioambientais; Território; Identidade; Participação social, Comunidades tradicionais.

## ABSTRACT

In contemporary societies there is great concern for environmental modification and how human relations interact with it. The fast pacing scientific and technological development based on the use of biodiversity resources and knowledge of traditional communities leads to a debate on current reality. It is suitable to question the adopted development patterns and regional contribution so that these resources are employed on a sustainable basis that guarantees socioeconomic development and environmental conservation, thus safeguarding the identity and life space of traditional communities. This study is based on this perspective, directing its efforts to the comprehension of socioenvironmental conflicts, territory and identity. The study was developed based on the concept by Acsehrad (1995) of socioenvironmental conflict, this being a social conflict on the appropriation and use of natural elements involving power relations where the concerned subjects build an “environmental dimension” for their struggles. Taking the quilombola community Onze Negras — Cabo de Santo Agostinho, PE, Brazil — on empirical account, it emerges as a conflict site from where was possible to highlight some of the existing socioenvironmental conflicts based on the community perspective, which is that in these conflicts reside the loss of its identity, an aspect studied according to the principles of Castells (1999), who defines identity as the source of meaning and experience of a people. It allows an individual to locate itself in a given social system and to be located by it. With this comes along a territorial invasion, studied according to Haesbaert (2005), who emphasizes that territory inspires (positive) identification and effective “appropriation”, thus, in every acceptance, it regards power, but not only the traditional “political power”. It is about power on both its most concrete sense, of domination, and the most symbolic sense, of appropriation. According to Raffestin (1993), a territory is generated from space and results from the action conducted by a syntagmatic actor (who is realizing a program) at any level. By the appropriation of a space, concrete or abstractly, the actor “territorializes” the space. Given this conjuncture, this study aimed to analyze the condition in which socioenvironmental conflicts are being held on Onze Negras, identifying the actors involved and how they influence on the loss of territory and identity. This study characterizes the Comunidade Quilombola Onze Negras and, with the community, identifies the main existing conflicts, the actors involved and the role of social participation on solving conflicts. Assuming a dialectic focus, the study method is structured on Method Triangulation (Minayo, 1994), establishing qualitative approaches with interdisciplinary focus on the analysis and discussion of the results. The study evidences that the social production of space is strongly reflected on socioenvironmental conflicts. The Quilombo territory is being invaded as result of industrial pressure from the companies established on its surroundings. Nevertheless, the community praises its identity and there is effective social participation in the search for conflict resolution.

**Keywords:** Socioenvironmental conflict; Territory; Identity; Social participation; Traditional communities.

## LISTA DE FIGURAS

Descrição	Página
Figura 01 – <b>Esquema teórico do processo perceptivo</b>	26
Figura 02 – <b>Fases e Cronograma da pesquisa</b>	27
Figura 03 – <b>Esquema das tipologias de poluição</b>	31
Figura 04 – <b>Esquema das influências da ação humana sobre as catástrofes naturais</b>	33
Figura 05 – <b>Esquema dos valores e sentimentos de um determinado grupo social</b>	36
Figura 06 – <b>Mapa dos Estados brasileiros que possuem comunidades remanescentes de quilombos</b>	44
Figura 07 – <b>Análise de entendimento dos conflitos</b>	53
Figura 08 – <b>Constituição do espaço</b>	55
Figura 09 – <b>Mapa com a localização da Comunidade Quilombola Onze Negras</b>	65
Figura 10 – <b>Comunidade Quilombola Onze Negras – PE</b>	66
Figura 11 – <b>Residência da Comunidade</b>	67
Figura 12 – <b>Imagem de satélite da área da Comunidade Quilombola Onze Negras</b>	69
Figura 13 – <b>Projeto PAIS</b>	71
Figura 14 – <b>Galinheiro do Projeto PAIS</b>	72
Figura 15 – <b>Cultura de ciclo curto: Melão</b>	73
Figura 16 – <b>Cultura de ciclo curto: Beterraba</b>	73
Figura 17 – <b>Cultura de ciclo curto: Melancia</b>	74

Figura 18 – <b>Cultura de ciclo curto: Jerimum</b>	74
Figura 19 – <b>Cultura de ciclo curto: Pimentão</b>	75
Figura 20 – <b>Centro Cultural na Comunidade</b>	78
Figura 21 – <b>Universo da Pesquisa</b>	81
Figura 22 – <b>Conversa informal com a comunidade</b>	81
Figura 23 – <b>Vegetação na comunidade</b>	83
Figura 24 – <b>Empresa instalada nas mediações da comunidade</b>	84
Figura 25 – <b>Terraplenagem para implantação de novas empresas no entorno da comunidade</b>	84
Figura 26 – <b>Resíduos destinados de maneira inadequada</b>	85
Figura 27 – <b>Terraplenagem na área da comunidade</b>	86
Figura 28 – <b>Terraplenagem na área da comunidade</b>	86
Figura 29 – <b>Pressão das empresas no entorno da comunidade</b>	87
Figura 30 – <b>Descrição dos conflitos socioambientais apontados pela comunidade</b>	88
Figura 31 – <b>Atores envolvidos nos conflitos socioambientais</b>	89
Figura 32 – <b>Formas de participação social da comunidade quilombola Onze Negras</b>	92
Figura 33 – <b>Escola da comunidade no início da pesquisa</b>	93
Figura 34 – <b>Escola reformada no desenvolver da pesquisa</b>	94
Figura 35 – <b>Escola que atende as crianças da comunidade</b>	94

## LISTA DE QUADROS

Descrição	Página
Quadro 01 – <b>Formas de construção da percepção</b>	26
Quadro 02 – <b>Principais tendências teóricas no estudo dos conflitos socioambientais no Brasil</b>	48

---

## ABREVIATURAS E SIGLAS

**AMPRUQUION** Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras

<b>CNPq</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
<b>CPISP</b>	Comissão Pró-Índio de São Paulo
<b>GRAPP</b>	Grupo de estudos em Raça, Gênero, Meio ambiente e Planejamento de Políticas Públicas
<b>MCT</b>	Ministério de Ciência e Tecnologia
<b>ONG</b>	Organização Não-governamental
<b>OTAN</b>	Organização do Tratado do Atlântico Norte
<b>PAIS</b>	Produção Agroecológica Integrada e Sustentável
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PRODEMA</b>	Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>SEPPIR</b>	Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
<b>UFPE</b>	Universidade Federal de Pernambuco
<b>UnB</b>	Universidade de Brasília

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	15
<b>1. METODOLOGIA DA PESQUISA</b>	21
1.1 Objetivos e método	22
1.2 Procedimentos metodológicos	27
<b>2. A CRISE AMBIENTAL E SUA INTERFERÊNCIA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS</b>	28
2.1 Os rebatimentos da degradação ambiental para o aprofundamento da crise do meio ambiente	29
2.2 O conhecimento tradicional e a sustentabilidade ambiental	34
2.3 O que são conflitos socioambientais?	46
<b>3. TERRITORIALIDADE E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: INTERFACES COM OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS</b>	54
3.1 O espaço e seus desdobramentos	55
3.2 Espaço: Lugar de conflitos	58
3.3 A Comunidade Quilombola Onze Negras	64
<b>4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA ONZE NEGRAS – PE</b>	79
4.1 Conflitos socioambientais existentes	80
4.2 Participação social na mediação dos conflitos	89
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	96
<b>6. REFERÊNCIAS</b>	101

---

## *INTRODUÇÃO*

## INTRODUÇÃO

---

*“O profanado verde amarelo pano que ocultava o gemido de uma raça roubada” (VASCONCELOS, 2003:111).*

A dicotomia dos saberes, entre o científico e o vivenciado leva a caminhos conflituosos. Muitas vezes as comunidades dotadas de um saber-fazer que as acompanha por várias gerações dificilmente são levadas em conta quando se planeja formas de uso sustentáveis. Vieira (1995) refere-se á essas comunidades como responsáveis por nos oferecer lições sobre o funcionamento de sistemas viáveis de apropriação, uso e gestão de recursos renováveis, que podem ser utilizados como referenciais importantes.

Configura-se, nesse caso, o confronto de dois saberes: o tradicional e o científico-moderno. De um lado, está o saber acumulado sobre os ciclos naturais, a reprodução e migração da fauna, a influência da lua nas atividades de corte de madeira, da pesca e sobre sistemas de manejo. Do outro lado está o conhecimento científico, que não apenas desconhece como também, na maioria das vezes, despreza o conhecimento tradicional acumulado (DIEGUES, 2001).

Dentro de um contexto histórico, a produção de conhecimentos, segundo padrões e processos orientados por formas de organização sociais, tradicionais, tornou-se grande fonte de energia para os sistemas de compreensão e aproximação com a natureza. Esse conhecimento tradicional é tido como a mais antiga forma de produção de teorias, experiências, regras e conceitos, ou seja, produção de ciência.

Segundo Santilli (2005), como fonte de produção de sistemas de inovação, os conhecimentos tradicionais destacam-se diversidade que comportam: “técnicas de manejo de recursos naturais, métodos de caça e pesca, conhecimentos sobre os diversos ecossistemas e sobre propriedades da farmacologia tradicional, alimentícias e agrícolas de espécies e as próprias categorizações e classificações de espécies de flora e fauna utilizadas pelas populações tradicionais”.

Na sociedade atual, são grandes as preocupações em torno das alterações ambientais e a maneira como as relações humanas se entrelaçam nessa problemática.

Este estudo destaca o universo tradicional como alternativa de uma nova realidade, sendo esta construída pela quebra dos paradigmas econômicos atuais e tendo por base o reconhecimento de práticas culturais que contribuem para a conservação dos recursos naturais renováveis e do meio ambiente.

Entretanto, ressaltar o modo de vida particularizado de determinadas comunidades tradicionais, não significa que estas estão fora do processo de desenvolvimento econômico, nem tão pouco, dos meandros do mundo moderno, significa enfatizar que essa maneira de viver com atuação em espaços e recursos de uso comum contribui consideravelmente na manutenção das relações entre os seres vivos e o meio ambiente, haja vista que estão inseridas numa perspectiva dinâmica pautada na sustentabilidade social, cultural, econômica e ambiental (SACHS, 1993).

Neste sentido, Diegues & Viana (2000) trazem a perspectiva do “envolvimento sustentável” que desconstrói o conceito do atual “desenvolvimento sustentável”<sup>1</sup>, pois o processo convencional de tomada de decisões normalmente não envolve as populações tradicionais de forma efetiva. As decisões sobre políticas e estratégias de conservação das nossas florestas não respeitam nem incorporam as populações tradicionais como atores-chaves para a tomada de decisões coerentes com o ideário da sustentabilidade.

Sendo assim, a conversão da natureza em objetos de trabalho e de seus produtos em mercadorias, o intercâmbio generalizado entre esses produtos em função do tempo de trabalho socialmente necessário – de seu valor -, não é um pressuposto filosófico materialista nem uma dialética do processo laboral da história humana em geral, e sim da estrutura social, da racionalidade teórica e prática e do modo de produção da sociedade capitalista (LEFF, 2006).

---

<sup>1</sup> O surgimento do conceito desenvolvimento sustentável ocorreu a nível mundial como uma estratégia na mudança do modelo de desenvolvimento baseado na industrialização. A proposta foi harmonizar o desenvolvimento socioeconômico com a conservação dos recursos naturais surgindo o conceito de *desenvolvimento sustentável* (DIEGUES, 1990).

(...) o desenvolvimento do capitalismo tem que ser entendido como processo (contraditório) de reprodução capitalista ampliada do capital. E esta como reprodução de formas sociais não-capitalistas, embora a lógica, a dinâmica, seja plenamente capitalista; neste sentido o capitalismo se nutre de realidades não capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (ALMEIDA, 2007: 356).

Observamos que em nossa sociedade a forma dominante de controlar a natureza é a capitalista. O capitalismo transforma os elementos da natureza em bens capitais, ou seja, a natureza “é concebida na sociedade capitalista unicamente como um reservatório de bens econômicos”. O sistema capitalista faz com que a natureza seja explorada de forma sempre mais intensa. Na lógica da acumulação do capital, quanto mais se extrai, mais se ganha, no entanto um ritmo de extração superior ao ritmo de reprodução biológica torna-se insustentável em breve tempo, deixando o ecossistema natural sem vida e obrigando a comunidade a deixar a área. (GIULIANI, 1999).

Neste contexto, a definição de meio ambiente sendo problema social não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas depende, igualmente, de conflitos e disputas localizadas que apontam para uma universalidade socialmente construída, que pode privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros (FUKS, 1998).

O território é assim produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. (...) Dessa forma, são as relações sociais de produção que dão a configuração histórica específica do território. Logo o território não é um *prius* ou um *a priori*, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (PAULINO, 2007:340).

Segundo Hoeffel *et al* (2008), faz parte do nosso cotidiano o contato permanente com conflitos de usos de recursos naturais e a destruição dos mesmos e, em geral, a fonte do problema é conhecida. Entretanto a questão é obter dos diferentes atores envolvidos um consenso sobre como resolver o problema. Assim, a forma de como melhor gerenciar os recursos naturais utilizados conjuntamente por muitos indivíduos, como é o caso dos recursos hídricos, é uma questão em

aberto e se observa, em todo o mundo, a formulação de várias propostas, que nem sempre conduzem a situações bem sucedidas.

Assim, para Acsehrad (2004), conflitos socioambientais se estabelecem tanto pelo controle material de um recurso, quanto por sua forma de uso, e envolvem grupos sociais com modos diferenciados de apropriação e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio, ameaçada por impactos indesejáveis decorrentes do exercício das práticas de outros grupos.

A resolução de conflitos de natureza ambiental é um processo complexo, tanto para as partes envolvidas, quanto para as partes que compõem o processo de sua resolução, principalmente no que concerne ao cumprimento dos requisitos, com base numa estrutura de planejamento de soluções de forma objetiva. As partes se personalizam nas resoluções sociais objetivas, dentre elas, a resolução dos conflitos ambientais.

Neste sentido, este trabalho busca responder as seguintes perguntas: Quais conflitos existem dentro da Comunidade Quilombola Onze Negras – PE? E como a Comunidade enquanto detentora do conhecimento tradicional se posiciona diante de tais situações?

O Primeiro capítulo apresenta a metodologia aplicada, que está baseada na Triangulação de Métodos, descrita por Minayo (1994 & 2005) que utiliza de várias técnicas de abordagens.

O Segundo capítulo mostra como se deu a crise ambiental, pontuando aspectos que contribuíram com a atual degradação, interligando esse tema as comunidades Quilombolas e o conhecimento tradicional e como estes se estabelecem diante da sustentabilidade ambiental, frente aos conflitos socioambientais.

O terceiro capítulo foca o conceito de territorialidade e produção do espaço, onde atribui a relação entre esses dois conceitos, vista a importância dos mesmos dentro da temática central da pesquisa, além disso, o capítulo ainda aborda a Comunidade estudada, caracterizando-a.

O quarto capítulo vem trazendo as reflexões no processo de identificação da pesquisa, quais os principais conflitos encontrados na Comunidade Quilombola Onze Negras, e como os sujeitos se posicionam considerando seu conhecimento tradicional diante de tais conflitos.

Esta dissertação aponta os conflitos socioambientais encontrados dentro da Comunidade Quilombola Onze Negras no período pesquisado, bem como a invasão territorial, dada por diversas empresas, que vem ocorrendo e como isso pode contribuir na possível perda da identidade étnica desses povos.

Este trabalho se desenvolveu dentro de um contexto macro de duas pesquisas – O Projeto “Do Rural ao Urbano: A Conversão do Uso da Terra na Zona da Mata Sul de Pernambuco” apoiado pelo CNPq (Processo: Nº 503091/2007-3/Edital MCT/CNPq nº 1/2007); projeto este, desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Gênero, Raça, Meio Ambiente e Planejamento de Políticas Públicas – GRAPP/UFPE da Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE (PRODEMA/UFPE) e - O Projeto “As Dandaras de hoje” (edital 2009/2010 Proext).

*Capítulo I*  
*Metodologia da Pesquisa*

## 1. METODOLOGIA DA PESQUISA

*“... a proposta... ao mesmo tempo supera e valoriza o que há de mérito da proposta tradicional pela inclusão, primeiramente analítica e depois em forma de síntese, de todos os ingredientes envolvidos numa intervenção social: história, contexto, cultura, estruturas, relações, pluralidade de atores, acessibilidade a recursos, resultados contínuos e ganhos quantitativos e qualitativos”. (MINAYO et al. 2005:12,13)*

### 1.1 Objetivos e método

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as condições em que vem se processando os conflitos socioambientais na comunidade quilombola Onze Negras, identificando os atores envolvidos e os como os mesmos influenciam na perda do território e da identidade da comunidade considerando o conhecimento tradicional.

Para realização dessa análise geral, a pesquisa teve como objetivos específicos: a) mapear os conflitos socioambientais na comunidade quilombola Onze Negras; b) caracterizar a comunidade quilombola em estudo; c) verificar a percepção dos moradores em relação aos conflitos socioambientais existentes.

A metodologia aplicada a esta pesquisa, está baseada na conversa a dois, resultado de conversas informais na coleta dos dados primários e na Triangulação de Métodos, resultando assim em abordagens qualitativas e quantitativas de maneira interdisciplinar na análise e discussão dos resultados.

Os dados primários são oriundos das pesquisas de campo através de conversas informais. Estas entendidas como conversa a dois, que tem uma intencionalidade, que do ponto de vista do entrevistador pretende apreender informações pertinentes para responder aos objetivos da pesquisa (MINAYO, 1994). Neste sentido, essas conversas informais procuraram focar os resultados pretendidos, na percepção ambiental da comunidade, quando relatarem os dados necessários para compor a análise dos resultados.

A percepção ambiental surge no contexto da preocupação com as questões ambientais, que passou a ser discutida de forma patente, basicamente nos últimos trinta anos, após a Revolução Industrial. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano realizada em Estocolmo em junho de 1972 foi elaborada a Declaração de Princípios sobre Proteção do Meio Ambiente, considerado um marco histórico. A partir desse momento, países desenvolvidos e países em desenvolvimento buscavam um entendimento sobre suas práticas produtivas e suas necessidades, tanto de produção quanto de consumo, na certeza de que a exigência de desenvolvimento econômico no modelo humano tecnicista agravaria ainda mais os problemas ambientais, colocando em risco o bem estar físico e até a continuidade da vida no planeta (MENDONÇA, 2007).

No Brasil, a questão ambiental passou a ter relevância jurídica constitucional, pois, o direito de viver num ambiente ecologicamente equilibrado foi erigido à categoria de Direito Humano fundamental pela constituição Federal de 1988.

Neste contexto, a Assembléia das Nações Unidas decidiu pela convocação de uma nova conferência, a II Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como a RIO 92, realizada no Rio de Janeiro, de 1º a 12 de junho de 1992, com a participação de 178 Governos e a presença de mais de 100 Chefes de Estado. Essa foi considerada a maior reunião internacional até então realizada pelas Nações Unidas, repleta de significados políticos. Dessa conferência, surgiu um importante documento, denominado a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, contendo uma gama de 27 princípios de interesse ambiental, entre eles, o conceito de desenvolvimento sustentado (MARTINS, 2008).

Outro resultado expressivo descrito por Martins (2008) foi a aprovação da Agenda 21, “um dos principais feitos da ECO/92, documento que traça as ações político-normativas a serem adotadas pelos Estados até o século XXI”, portanto, documento que definiu metas a serem cumpridas pelos países participantes. Ele marcou o início de uma verdadeira evolução dinâmica e radical. Assim “O Princípio do desenvolvimento sustentável foi adotado na Declaração do Rio e na Agenda 21 como meta a ser buscada e respeitada por todos os países.” Trinta anos após a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano, em Estocolmo, e dez anos após a Eco- 92, ocorrida no Rio de Janeiro; a Cúpula Mundial sobre

Desenvolvimento Sustentável ocorreu em *Johannesburg*, na África do Sul, entre os dias 26 de agosto a 4 de setembro de 2002, e ficou conhecida como a Rio + 10.

Assim, o ano de 2002 certamente já entrou para a história do direito ambiental, tal como os anos de 1972 e 1992 e, com o passar dos anos, poder-se-á concluir com certeza se os seus resultados serão de verdadeira concretude ao meio ambiente ou somente retórica da política ambiental internacional.

As relações do ser humano com o mundo natural foram determinadas pelas mais diversas concepções, que, em geral, focalizam o homem como elemento extrínseco ao meio ambiente e superior a ele. Em particular a concepção antropocentrista pretendeu dar ao ser humano poderes ilimitados e inquestionáveis sobre o planeta Terra (PHILIPPI JR *et al*, 2004, p. 536).

Neste contexto surge a educação ambiental que nada mais é do que a própria educação, com sua base teórica determinada historicamente tendo como objetivo final melhorar a qualidade de vida e ambiental da coletividade, garantindo dessa maneira a sua sustentabilidade (PHILIPPI JR *et al*, 2004).

De acordo com Guimarães (1995), a educação ambiental tem como papel fomentar a percepção à necessidade de integração do ser humano com o meio ambiente, buscando a formação de uma relação harmoniosa e consciente do equilíbrio dinâmico na natureza, que possibilite, através de novos conhecimentos, valores e atitudes, a inserção dos sujeitos como cidadãos e cidadãs no processo de transformação da atual situação ambiental do nosso planeta. Em suas palavras,

Ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1987, p. 69).

Ninguém modifica a consciência separado do mundo, pois se assim fosse, seríamos seres biológicos com psiquismos definido em si mesmo. Seríamos mônadas, cuja ação comunicativa perderia o sentido – teríamos monólogos e não diálogos (LOUREIRO, 2004, p. 28).

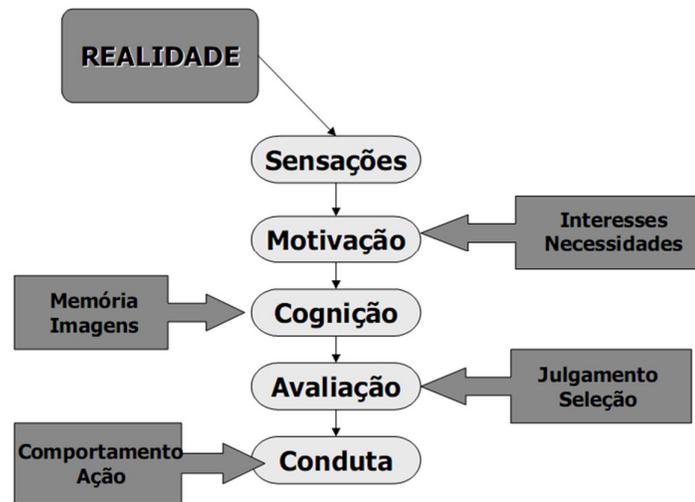
A percepção ocorre no momento em que a atividades dos órgãos dos sentidos estão associados com atividades cerebrais. (MELAZO, 2005), e, portanto, ser desenvolvida através da funcionalidade dos sentidos, tornando assim diferente em cada indivíduo, pois, o significado que os estímulos sensoriais despertam é o

que distingue a forma como cada indivíduo compreende a realidade em que está imerso (RIBEIRO, 2003).

Para Oliveira & Corona (2008) relatar sobre a vivência humana no ambiente em que está inserido é orientada por sua percepção e pela atribuição de valores, os quais dão sentido ao termo Percepção Ambiental. Segundo o mesmo autor, percepção ambiental é fundamentada para o entendimento de que a vivência humana e seu entorno próximo são orientados por essa percepção.

O indivíduo percebe, reage e responde de maneira diferente frente às ações sobre o meio, logo, as respostas ou manifestações resultam das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo, no contexto de suas relações com o ambiente e com a sociedade. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, elas são constantes e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente (FAGGIONATO, 2007). No entanto, o que importa são os significados atribuídos à questão ambiental, porque são relevantes e altamente expressivos, na medida em que as percepções se tornam a linguagem que o homem desenvolve para atuar na natureza e construir o seu espaço (OLIVEIRA E CORONA, 2008).

Em sua pesquisa sobre percepção ambiental Melazo (2005) descreve que as sensações são estimuladas através dos cinco sentidos humanos: visão, olfato, paladar, audição e tato. Com estes estímulos ocorre a formação das ideias e da compreensão do mundo que nos rodeia, norteados pela inteligência que possui cada indivíduo bem como de seus valores éticos, morais, culturais etc., que tornam assim o indivíduo capaz de pensar e agir sobre sua realidade (Figura 01).



**Figura 01:** Esquema teórico do processo perceptivo. Fonte: Adaptado de Melazo (2005).

No quadro a seguir (Quadro 01) ilustram-se as formas citadas por Ribeiro (2003) de como ocorre à percepção:

Forma de construção da Percepção	Descrição
Pelo acesso lento	Normalmente pertence á culturas que valorizam a meditação, contemplação, devaneio etc.
Pela Modalidade "D" (ou raciocínio lógico)	Predomina na Ciência, forma mecanizada de pensar, acredita que as coisas são como tal acontecem sem possibilidade de erros e diferentes concepções.
Por meio Ultra-rápido (raciocínio rápido típico das situações de risco e perigo)	Ocorre em situações de intensa pressão, quando os pensamentos e atitudes estão sob influência da adrenalina.

**Quadro 01** - Formas de Construção da Percepção. Fonte: Adaptado de Ribeiro (2003)

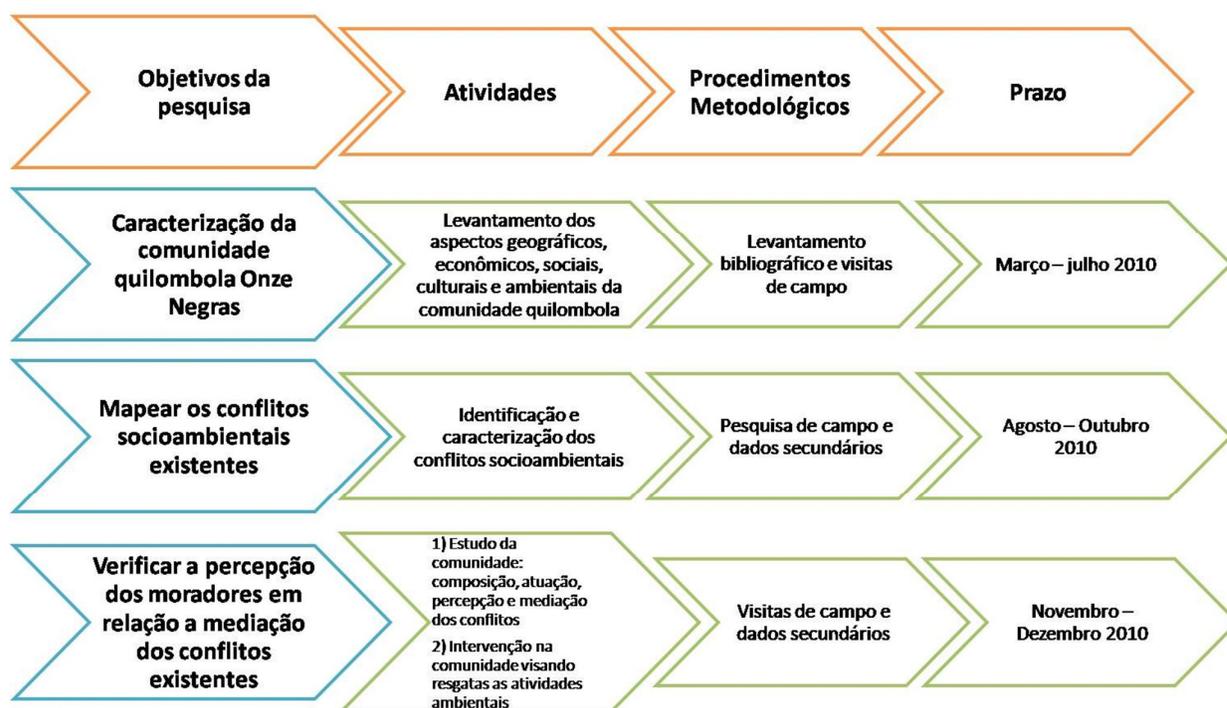
Por outro lado, para a análise e discussão dos resultados utilizamos Minayo (1994) que aponta a Triangulação como um termo usado em abordagens qualitativas, utilizando de várias técnicas de abordagens, várias modalidades de análise, vários informantes e pontos de vista de observação, visando à verificação e validação da pesquisa.

A triangulação serve também como um instrumento de iluminação da realidade na perspectiva de diversos ângulos, mostrando assim, que essa prática nos remete a uma maior clareza teórica, o que nos permite aprofundar em uma discussão interdisciplinar de forma interativa e intersubjetiva (MINAYO *et al.* 2005).

A triangulação “permite criar um processo de dissolução de dicotomias: entre quantitativo e qualitativo; entre macro e micro; entre interior e exterior; entre sujeito e objeto” (MINAYO *et al.* 2005, p.31).

### 1.2 Procedimentos Metodológicos

Neste sentido, a presente pesquisa estará sendo norteada pelos seguintes procedimentos descritos na Figura 02 abaixo:



**Figura 02:** Fases e Cronograma da Pesquisa. Organizador: Elielton Albuquerque (2009).

## *CAPÍTULO 2*

*A crise ambiental e sua interferência nos conflitos socioambientais.*

## **2. A CRISE AMBIENTAL E SUA INTERFERÊNCIA NOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS**

---

*“A mediação de conflitos e a gestão de interesses estão na ordem do dia. Devem se referenciar no interesse público e na busca da humanidade por soluções, o que não será atendido com escolhas de caráter exclusivamente econômico, político ou mesmo ecológico. O enfrentamento de crises futuras possui vínculos diretos com medidas e opções atuais”. (THEODORO, 2005:11)*

### **2.1 Os rebatimentos da degradação ambiental para o aprofundamento da crise do meio ambiente**

---

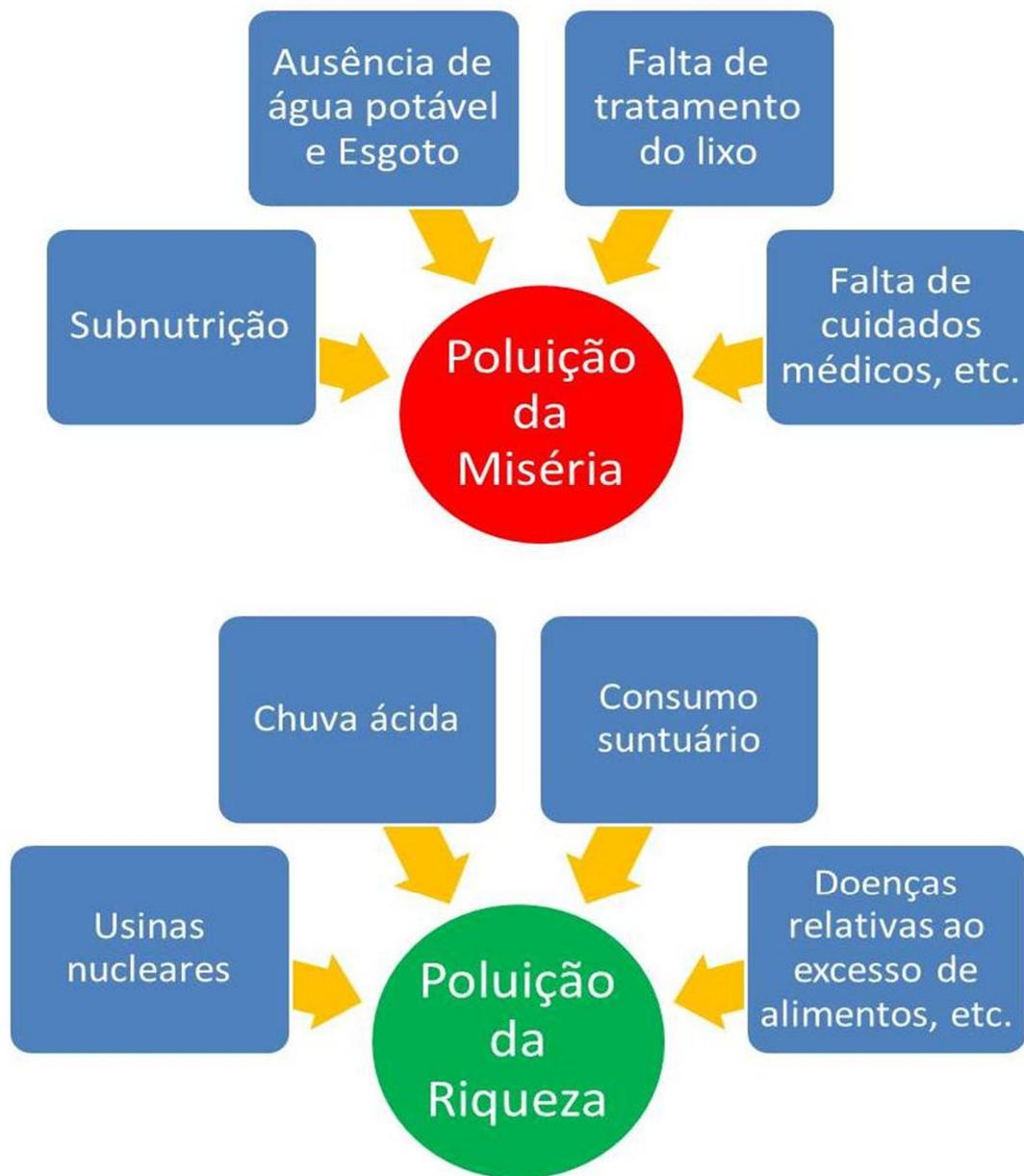
Os primeiros sinais de degradação ambiental que apontaram para a existência de uma crise ambiental tornaram-se um tema de domínio público. Certamente, as pessoas já ouviram falar ao menos uma vez na vida que o planeta terra está passando por um período de turbulência. Dependendo da visão que se observa o fato, alguns entendem que a crise ambiental se instaurou no momento em que a explosão populacional se mostrou incontrolável, outros acreditam que a raiz da crise está no crescimento econômico, outros ainda acentuam a visão de mundo reducionista, antropocêntrica, cartesiana e utilitarista da natureza, e outros, depositam a responsabilidade pela crise ambiental no sistema que se organiza social e produtivamente em função de uma ideologia individualista e competitiva (LAYRARGUES, 2000).

Uma visão impressionista acerca do desenrolar da história moderna permite-nos entrever passagens significativas marcantes na trajetória da cultura ocidental em sua relação com o meio ambiente natural e construído. Destacam-se nessa retrospectiva histórica a Revolução Industrial, inspirada na Ideologia do Progresso, com todos os seus desdobramentos, a Empresa Neocolonial, que alimentou o projeto expansionista das nações industriais e as duas grandes guerras mundiais, a última das quais finalizada com as explosões nucleares no Japão. Após o episódio nuclear, o mundo não foi mais o mesmo, tendo que

conviver com a sombra permanente da ameaça de uma nova categoria de guerra, a guerra sem vencedores.

É, entretanto, a partir das décadas de 60 e 70, deste século, que se tornaram mais evidentes e generalizados os sinais de uma crise socioambiental de amplas proporções e dotada de novas características.

Trata-se, em primeiro lugar, de uma crise global que incorpora e atinge, embora diferenciadamente, todos os continentes, sociedades e ecossistemas planetários, indiferente à fronteiras geográficas, políticas e sociais. Ressalte-se, entretanto, que a emergência dos novos problemas ambientais globais, embora tenda à generalizar seus efeitos mundialmente, atinge diferentemente as diversas nações e grupos sociais que, devido aos seus diferenciados níveis de riqueza, educação e organização política puderam desenvolver uma maior ou menor capacidade de defesa aos impactos socioambientais e aos danos deles decorrentes. A constatação dessa realidade tem levado alguns analistas à diferenciar uma poluição da miséria – subnutrição, ausência de água potável e esgotos, falta de tratamento do lixo e falta de cuidados médicos e consumo de álcool e drogas entre outros - contraposta a uma poluição da riqueza que se caracteriza pela presença de usinas nucleares, chuva ácida, consumo suntuário e doenças relativas ao excesso de alimentos, álcool, drogas e medicamentos que podemos visualizar na figura 03. (LEIS & VIOLA,1991).



**Figura 03:** Esquema das tipologias de poluição. Fonte: Leis & Viola (1991). Organizador: Elielton Albuquerque (2010)

Contudo deve-se ter o cuidado de não alinhar mecanicamente esses dois blocos de problemas em categorias maniqueístas do tipo norte e sul, desenvolvidos e subdesenvolvidos já que a realidade mundial é algo mais complexa. Ou seja, embora se possa falar em países com maioria rica e países com maioria pobre, como o faz Buarque (1995), que portanto, sofreriam mais os efeitos de

uma poluição de riqueza ou de uma poluição de pobreza, seríamos simplistas apenas dividindo o mundo entre países ricos e pobres que vivem separadamente problemas de riqueza e de miséria. Na verdade, testemunha-se um contexto internacional “socialmente mestiço” onde o norte, predominantemente rico, abriga setores sócio-econômicos que vivem realidades parecidas com a das populações pobres do sul e, inversamente, o sul, majoritariamente pobre, contém segmentos sociais vivendo um estilo de vida assemelhado aos países ricos do norte. Afinal, nada tão parecido com um rico do norte como um rico do sul (BUARQUE, 1995; CASTELLS, 1999; GUIVANT, 2000).

Carvalho (1992) entendendo a crise ambiental como um conflito entre interesses públicos e privados propõe um entendimento da relação entre educação, meio ambiente e cidadania que associa a cidadania à constituição da esfera pública e ultrapassa a racionalidade da esfera privada. Sem negar a existência das dimensões individual e comportamental da educação, projeta seus objetivos prioritários para além dessas esferas.

Os problemas de natureza social e ecológica são indissociáveis, apesar de tratados de forma isolada por uma leitura ideológica que os fragmentou (LEFF, 2001). Nessa perspectiva Zhouri *et al* (2005) diz que os problemas sociais e ambientais, tratados instrumentalmente como “interesses” personalizados, tornam-se, nessa ótica, passíveis de negociação entre atores.”

Hoeffel *et al* (2008), ao estudar alguns aspectos das mudanças ambientais que ocorreram no século XX, aponta a intensidade das transformações, para a centralidade das ações humanas e para uma série de consequências inesperadas derivadas de preferências e padrões sociais, políticos, econômicos e intelectuais.

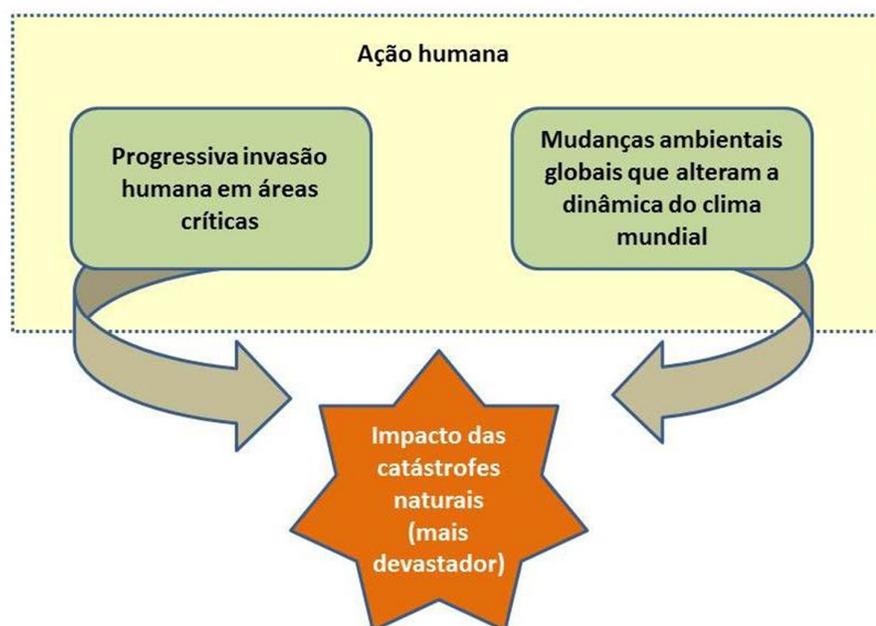
Observa-se assim que as discussões sobre questões ambientais não são neutras e refletem, dentre outros aspectos, interesses de grupos sociais distintos, visões de mundo e paradigma diferenciados, bem como conflitos entre valores, atitudes, percepções, conceitos e estratégias sociais. (TUAN, 1980; MACHADO, 1996).

Um paradigma é aquilo que os membros de uma comunidade partilham e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma [...] As comunidades podem e devem ser isoladas sem recurso prévio aos paradigmas; em seguida esses podem ser descobertos através do escrutínio do comportamento dos membros de uma comunidade dada (KUHN, 1990, p.219,220).

Ainda segundo Layrargues (2009), o fato é que os efeitos da crise ambiental já são sentidos na vida cotidiana dos seres humanos, uns, mais vítimas que outros, a ponto de terem sido criados novos conceitos definidos desse fenômeno: fala-se de *risco ambiental* a que determinados grupos sociais são submetidos, quando suas condições de vida ou de trabalho são ameaçadas em função da problemática ambiental que, por sua vez, provocam *conflitos socioambientais* polarizados entre sujeitos sociais que se beneficiam da geração de riqueza, a partir da exploração dos recursos ambientais.

Layrargues (2000), ainda enfatiza que é preciso reconhecer que o impacto das catástrofes naturais não seria tão devastador se não fosse a influência da ação humana, que ocorre basicamente por intermédio de dois mecanismos: a progressiva invasão humana em áreas críticas de risco ambiental, e as mudanças ambientais globais que alteram substancialmente a dinâmica do clima mundial (FIGURA 04).

“A força mais profunda que movimenta o homem e faz com que invente novas formas de sociedade é sua capacidade de mudar suas relações com a natureza, ao transformá-la” (DIEGUES, 2001).



**Figura 04:** Esquema da influência da ação humana sobre as catástrofes naturais. Fonte: Layrargues (2000). Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

## 2.2 O Conhecimento Tradicional e a Sustentabilidade Ambiental

As comunidades tradicionais são dotadas de alguns elementos característicos, tais como: uma ligação direta com a natureza; uma história com o território que ocupa e uma vinculação entre os membros por particularidades culturais próprias (MOREIRA, 2007).

Diegues (2001) aponta como principais características dessas populações: “a dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constroem um modo de vida; conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais”.

Moreira (2007) Ressalta que para fazer um grupo social ser identificado como tradicional não é a localidade onde se encontra, ele pode estar em uma unidade de conservação, terra indígena, terra quilombola, à beira de um rio da Amazônia, em um centro urbano, em uma feira, nas casas afro-religiosas, nos assentamentos da reforma agrária, enfim, o local não vai definir quem são elas, mas sim seu modo de vida e as suas formas de estreitar relações com a diversidade biológica, em função de uma dependência que não precisa ser apenas com fins de subsistência, pode ser de cunho material, econômico, cultural, religioso, etc.

Cada vez mais é reconhecido o papel relevante das populações tradicionais para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Moreira (2007) ressalta que essas populações possuem conhecimentos, práticas agrícolas e de subsistência adequadas ao meio em que vivem e possuem um papel de “guardiões do patrimônio biogenético do planeta”, mas as sucessivas agressões ao meio ambiente natural em que vivem têm conduzido, também, à perda de sua biodiversidade sociocultural.

Como destaca McGoodwin (1990), o manejo dos recursos naturais é, acima de qualquer circunstância, uma questão social e em detrimento disto a dimensão ecológica deve incorporar, aos modelos de gestão, a dimensão humana a fim de que esses possam ser bem sucedidos. Considerar os processos envolvidos nessas práticas requer, por sua vez, a compreensão das relações que se estabelecem entre as comunidades e os espaços em que ritualizam suas atividades, onde se concretizam as interações entre o pescador, a água e a terra – o *lócus* em que

expressam suas relações simbólicas e matérias. A interdependência dessas comunidades com os ecossistemas e seus recursos justifica a necessidade de se considerar o binômio Homem-Natureza.

“Em ecologia humana focalizamos as interações entre dois sistemas. Um é o Homem, sistema bem mais complexo que aqueles encontrados entre os mamíferos superiores, onde a inteligência, a criatividade, o livre-arbítrio e o domínio de artes e ciências geram desempenhos que excedem o condicionado pelo binômio genes-ambiente. O outro é o meio ambiente do Homem, também mais complexo que qualquer outro, uma vez que é constituído não só do universo abiótico e do universo biótico, mas também do ambiente construído pelo Homem, suas religiões, suas doutrinas e teorias, sua economia, suas máquinas, seus governos, sua sociedade, seus mitos, etc.” (MACHADO, 1985:39).

Ainda segundo Moreira (2007), a conservação aponta a estratégia de uso da natureza sob bases sustentáveis, ou seja, pautadas em manejo, racionalidade de exploração dos recursos considerando o homem uma peça fundamental no equilíbrio desta relação. Neste sentido, a estratégia de uso sustentável dos recursos naturais permite inserir os povos tradicionais como atores primordiais da proteção da biodiversidade.

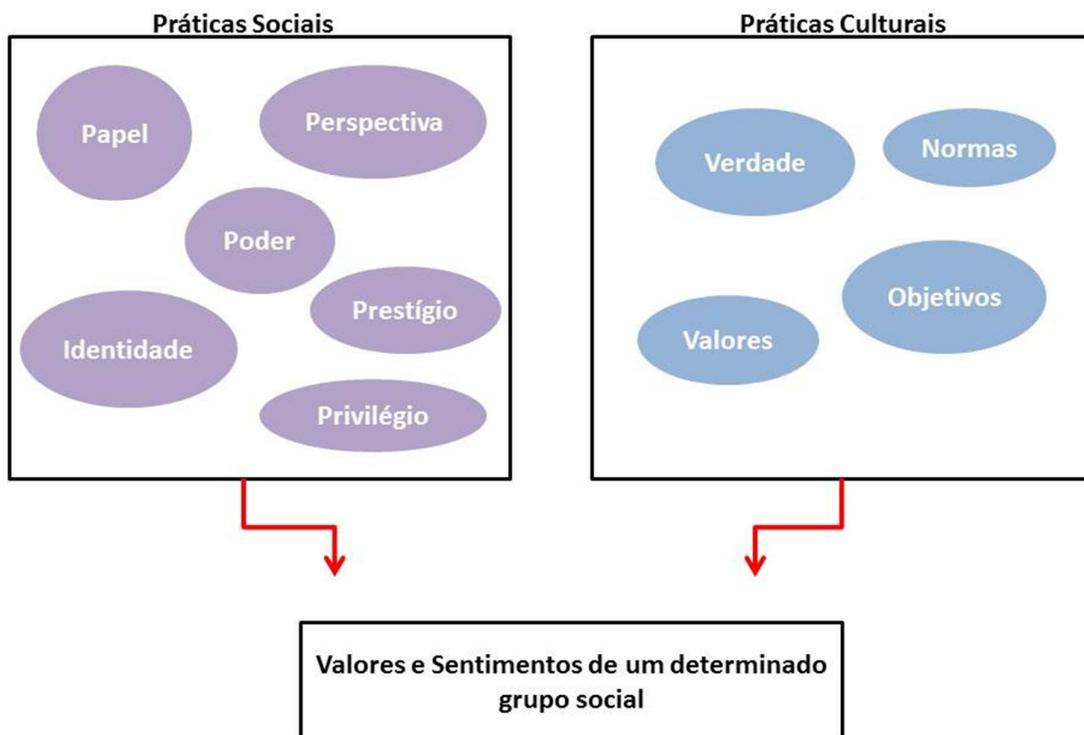
Esse modo de pensar repousa sobre a convicção de que a cultura não age aleatoriamente, ao contrário, ela age de maneira seletiva sobre o ambiente que a rodeia aferindo as possibilidades e os limites do seu desenvolvimento a partir de seus marcos culturais e de sua história (LARRAIA, 1993, p.24).

Podemos afirmar que os povos tradicionais ao mesmo tempo em que protegem e manejam a biodiversidade, prestam um serviço ecológico importantíssimo para a sociedade não-tradicional. Dar visibilidade a essa atividade e sua importância é ao mesmo tempo reconhecer valor e incluir coletividades historicamente excluídas, desafiando a renitência de concepções advindas do passado recente de países colonizados como o Brasil (PINTON & AUBERTIN, 2005 *apud* MOREIRA, 2007).

Na perspectiva de Diegues & Viana (2000), é o chamado “envolvimento sustentável”; A palavra desenvolvimento não condiz com o que realmente vemos na atualidade, nesse momento surge a análise do termo *des-envolver*, que significa perder o envolvimento, seja ele econômico, cultural, social ou ecológico com os

ecossistemas e seus recursos naturais. Junto com o *envolvimento* perde-se a dignidade e a perspectiva de construção da cidadania. Perde-se ainda o saber e com ele o conhecimento dos sistemas tradicionais de manejo que, ao contrário do que normalmente se pensa, podem conservar os ecossistemas naturais de forma mais efetiva do que os sistemas técnicos convencionais.

O conjunto das práticas sociais e culturais remete os valores e os sentimentos vividos por determinado grupo social. A estrutura social nos posiciona e nos confere papel, identidade, perspectiva, poder, privilégio e prestígio. A cultura nos mostra em que acreditar; ela nos dá nossas verdades, valores, objetivos e normas (FIGURA 05). As instituições sociais nos dizem como as coisas são feitas na sociedade: são as trilhas amplamente aceitas (CHARON, 1999).



**Figura 05:** Esquema dos valores e sentimentos de um determinado grupo social. Fonte: Charon (1999). Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

Dessa maneira, há uma relação dada tanto no campo das ideias quanto na realidade concreta das práticas, onde o espaço geográfico construído e apropriado

pelos grupos sociais representa parte fundamental dos processos de identificação sejam eles, social ou cultural (HAESBAERT, 1999). Ou seja, há um reconhecimento e uma identificação com o chamado território, e as práticas realizadas fazem parte dessa identificação. O reconhecimento das práticas é o que diferencia determinado grupo resultando em uma identidade social e coletiva.

A identidade sociocultural pode permitir a visualização de padrões regulares nas interações entre comunidades e ambiente, ou seja, formas específicas pelas quais essas interações definem a paisagem e as atividades tradicionais (MIRANDA, 2004).

“(...) grupos humanos diferenciados sob o ponto de vista cultural, que reproduzem historicamente seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base na cooperação social e relações próprias com a natureza. Essa noção refere-se tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional, que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos (...) Exemplos empíricos de populações tradicionais são as comunidades caiçaras, os sitiantes e roceiros, comunidades quilombolas, comunidades ribeirinhas, os pescadores artesanais, os grupos extrativistas e indígenas” (DIEGUES; ARRUDA, 1990:27).

O “envolvimento sustentável” possui dois componentes básicos. Primeiro, as ações voltadas para a transformação da realidade devem fortalecer o *envolvimento* das relações das sociedades com os ecossistemas locais. Segundo, os processos de tomada de decisões devem buscar a participação ativa das populações relacionadas com os diferentes ecossistemas. Para isso, técnicos e autoridades devem se *envolver* com a realidade, ouvindo, aprendendo e respeitando a perspectiva das populações locais (DIEGUES & VIANA, 2000).

Até quando vamos conviver com decisões tomadas em gabinetes distantes da realidade, por técnicos e autoridades que ignoram o conhecimento daqueles que estão profundamente *envolvidos* com os ecossistemas naturais? Até quando manter-se-á o desuso de métodos participativos para a tomada de decisões? Ai também a mudança deve ser radical e urgente (DIEGUES & VIANA, 2000, p.26).

Partindo da ideia de preservação e manutenção da identidade cultural, surge a perspectiva do território. Desde a origem, o território nasce com uma dupla

conotação, material simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam excluídos da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar. Ao mesmo tempo, por extensão, o autor afirma que se pode dizer, para aqueles que possuem o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação” (HAESBAERT, 2005). Território, assim, em qualquer acepção, tem ligação com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre (1991) distingue apropriação de dominação (“posseção”, “propriedade”), o primeiro como um processo bem mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo por um lado, concreto, funcional e interligado ao valor de troca.

Andrade (1998) entende Território como sendo a porção do espaço apropriada por grupos sociais em meio às relações de poder. Desta forma, o conceito de território está associado à ideia de domínio ou gestão de uma determinada área do espaço. Segundo o mesmo autor, o conceito de território não pode ser confundido com o de espaço ou de lugar, estando muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área, assim como ressalta Raffestin (1993).

É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o espaço. (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Castro (2000) propõe que é justamente a complexidade das atividades dessas comunidades que constituem as formas múltiplas de relacionamento com os recursos. Essa variedade de práticas assegura a reprodução do grupo possibilitando a construção de uma cultura integrada à natureza e formas apropriadas de manejo. Pensando dessa forma, é possível intuir que essas comunidades representem a possibilidade de existência das Sociedades Sustentáveis.

SOUZA (2001) salienta que o território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, e que o poder não se restringe ao Estado e não se confunde com violência e dominação. Assim, o conceito de território deve abarcar mais que o território do Estado-Nação. Nas palavras do autor, “todo espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder é um território, do quarteirão aterrorizado por uma gangue de jovens até o bloco constituído pelos países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte - OTAN”.

Robinson (1990) desenvolve o conceito de “sociedades sustentáveis”, para (re)significar de forma mais apropriada a “sustentabilidade dos modos de vida”. Isso representa uma nova visão das sociedades, uma visão que reconhece as práticas existentes e que respeita os diferentes estágios de desenvolvimento. É possível, a partir desse conceito, definir, o padrão de produção e de consumo, bem como, o de bem estar determinado por cada cultura e pelo ambiente natural. Esse autor define sustentabilidade como a persistência por um longo período de certas características necessárias e desejáveis de um sistema sócio-político e de seu ambiente natural.

Shiva (2001) chama atenção para os preconceitos e distorções utilizados na própria definição do conhecimento, em que se considera o conhecimento ocidental como “científico” e as tradições não-ocidentais como “não científicas”, afirmando que os sistemas tradicionais de conhecimento têm as suas próprias fundações científicas e epistemológicas, que os diferem dos sistemas de conhecimento ocidental, reducionistas e cartesianos.

### *Comunidades Quilombolas*

A importância quantitativa, a extensão geográfica das fugas de negros escravizados e a formação de quilombos tradicionais (formados sob o escravismo) marcaram profundamente a história política, social, econômica e demográfica do Brasil. Entretanto esta questão só ganhou a atenção dos estudiosos nas décadas de 1960, 1970 e 1980 – depois de transcorridos cerca de cinquenta anos da Abolição – assim mesmo de forma limitada e com raras análises diacrônicas e sincrônicas sobre a importância dos quilombos na história rural brasileira. Até então pouca importância foi dada à povoação das áreas internas do Brasil, à fronteira

agrícola, à formação de comunidades de origem africana e à influência dos padrões linguísticos existentes no interior brasileiro (SILVA, 2010).

Na mesma linha, Fiabani (2005) ainda afirma que individual ou coletiva, de forma planejada ou espontânea, a fuga servil contribuiu para a formação de comunidades de fujões, nos arredores dos locais de trabalho – nas cidades, nas catas, nas fazendas, etc. – e por vezes em lugares de difícil acesso. No Brasil, essas comunidades de ex-cativos foram designadas de quilombos, mocambos e outras denominações.

Onde houve escravidão, houve resistência. E de vários tipos. Mesmo sob ameaça de chicote, o escravo negociava espaços de autonomia, fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelevava individual e coletivamente. Houve um tipo de resistência que poderíamos considerar a mais típica da escravidão [...] trata-se das fugas e formação de grupos de escravos fugidos [...] essa fuga aconteceu nas Américas e tinha nomes diferentes: na América espanhola: Palenques, Cumbes; na inglesa, Maroons; na francesa, grand Marronage e petit Marronage [...]; no Brasil, Quilombos e Mocambos e seus membros: Quilombolas, Calhambolas ou Mocambeiros. (REIS, 1996, p.47).

Nos mais de 300 anos que vigorou o sistema escravista no Brasil, o quilombo constituiu um enclave, uma das principais alternativas de negação da produção escravista por parte dos produtores oprimidos. Marcou sua presença e existiu praticamente em toda a extensão do território do Brasil. O quilombo representou uma afirmação da oposição do produtor feitorizado contra o escravismo, produto da singularidade desse tipo de sociedade (FIABANI, 2005).

Fiabani (2005) enfatiza que a sociedade escravista jamais aceitou o fenômeno quilombo. Procurou de todas as formas destruí-lo. “Quando um mocambo ou quilombo crescia em tamanho ou força o suficiente para pôr em risco a tranquilidade dos caminhos e das roças, tratava-se de armar um pequeno exército para restaurar a paz.” Com a abolição, o trabalhador escravizado obteve sua liberdade civil. Em geral, as condições materiais de existência do afrodescendente não se revolucionaram significativamente com fim da escravidão. Alguns quilombolas continuaram vivendo como posseiros nas áreas de seus quilombos. Outros procuraram a sobrevivência juntando-se às parcelas da população marginalizada, em novas formas de luta pela sobrevivência. Com o fim da escravidão, o quilombo deixou de existir como entidade gerada no seio e a partir

das contradições da sociedade escravista, fruto da resistência do produtor escravizado contra a apropriação de sua pessoa e, portanto, de sua força de trabalho, pelo escravizador.

Após a abolição, os quilombolas ainda estão próximos a terra, porém o único laço que lhe permitem viver. Atualmente os quilombos são considerados territórios de resistência cultural e deles são remanescentes os grupos étnicos raciais que assim se identificam. É determinado como comunidades negras de quilombos conforme “os costumes, as tradições e as condições sociais, culturais e econômicas específicas que os distinguem de outros setores da coletividade nacional” (SILVA, 2006).

De uma pluralidade de tamanhos, formas de organização econômica, política e social, os quilombos funcionavam como peças-chave na resistência negra contra a violência e a opressão do sistema escravista. Neste ponto, alguns historiadores divergem quanto à amplitude do fenômeno do quilombamento, pois alguns o definem como um movimento de resistência individual de escravos fugidos, sem motivação revolucionária, enquanto outros defendem o caráter revolucionário dos quilombos, descrevendo-os como espaços de articulação de ordens sociais paralelas ao sistema vigente (ROCHA, 2010).

Para Moura (1993), o trabalho escravo modelou a sociedade brasileira e deu-lhe o aspecto dominante, estabeleceu as relações de produção fundamentais na estrutura dessa sociedade e direcionou o tipo de desenvolvimento subsequente de instituições, de grupos e de classes, após a abolição da escravidão.

Mas para Oliveira e Mortari (2006), devido a estratificação da sociedade – entre senhores e escravos – produziu-se a contradição fundamental que determinava os níveis de conflito. Recorreram, por isso, diversas formas de resistência como insurreições urbanas e os quilombos. São estas últimas formas de resistência que representaram uma forma contínua dos escravos protestarem contra o escravismo, configurando, enfim, uma manifestação de luta de classes.

Toda a habitação de negros fugidos que passassem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles, é denominada quilombo (MOURA, 1993, p.11).

Os quilombos foram constituídos a partir de processos diversos em todo o país, com fugas, heranças, doações e até compras de terras, por parte dos escravos, em pleno vigor do sistema escravista no país. O território que ocuparam identifica-se com sua história de busca pela liberdade e pela autonomia. Foi uma cultura de resistência, que se perpetuou através da memória coletiva e das estratégias de emancipação como grupo étnico (OLIVEIRA & MORTARI, 2006).

As comunidades remanescentes dos quilombos ainda são desconhecidas de grande parte dos brasileiros, e para a maioria, o quilombo é algo do passado, que teria desaparecido com o fim da escravidão.

Nestas comunidades a articulação de atores e grupos sociais de diferentes origens em um único território, formando sociedades que passam a funcionar à margem do sistema colonista vigente até o século passado, denota um tipo de organização que teve como principal fundamento a questão étnica.

A Constituição da República Brasileira (1988), no artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, atribuiu às comunidades remanescentes de quilombos o direito à titularidade das terras onde habitam, de onde retiram o seu sustento, onde produzem e reproduzem sua identidade específica, de caráter étnico. Trata-se do reconhecimento expresso de que tais terras desempenham uma função primordial na garantia da pluralidade étnica da matriz cultural brasileira.

Por mais de 3 séculos, o Brasil foi um país profundamente escravista. Durante essa época, a construção da nação aconteceu sobretudo assentada no esforço do trabalhador escravizado. Esse período significativo da história brasileira continua sendo objeto de investigações de antropólogos, economistas, historiadores dentre outros, interessados em desvendar as articulações que sustentaram a ordem escravista por mais de 300 anos (FIABANI, 2005).

Silva (2006) ainda enfatiza que o avanço do conhecimento histórico sobre os quilombos e o desencadeamento do processo de organização das comunidades negras ensejaram que, quando da Constituinte de 1988, fosse aprovado o dispositivo constitucional provisório – artigo 68 – determinando o reconhecimento da propriedade da terra ocupada pelos “remanescentes das comunidades dos quilombos”. A necessidade de mapear e comprovar a existência de tais comunidades e, a seguir, a proposta de ampliar o leque de contemplados pela

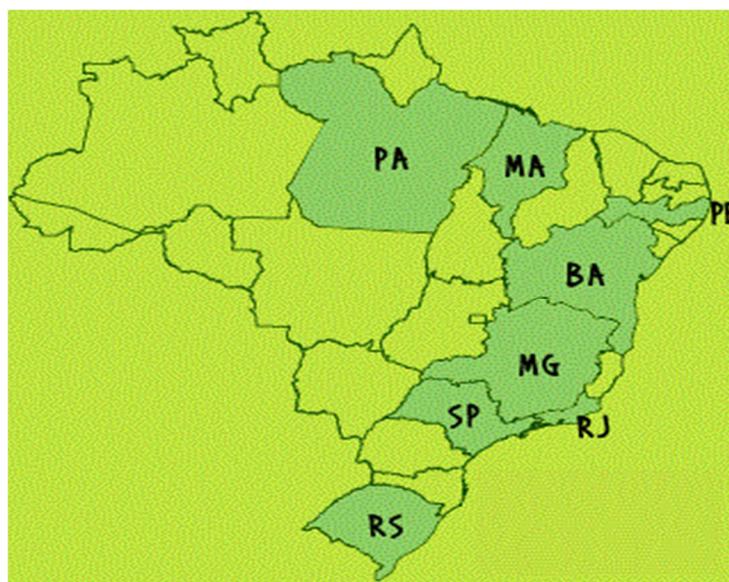
referida determinação ensejaram o recrudescimento do interesse pelos quilombos e o debate sobre a sua essência.

A partir de novas definições, uma comunidade rural e, a seguir, urbana, como “*quilombola*”, não é reconhecida através de sua origem em um quilombo, na pré-Abolição, mas da pressuposição quilombola de grupo social de ancestralidade africana. A legalização das terras dos chamados *remanescentes de quilombos* brasileiros passa hoje pelas discussões em torno da questão da identidade e da territorialidade. Portanto não se aplica o conceito histórico de quilombo para análise dessas comunidades. Assim, utilizar a definição de *comunidade negra rural* seria mais próximo da realidade encontrada atualmente. Após a Abolição, essas comunidades “deram origem a um campesinato negro que tendeu a se fechar sobre si, como já o haviam feito os *caboclos* descendentes de nativos” (MAESTRI, 1984).

As possíveis discussões sobre Identidade e a preocupação em conceituá-las apresentam-se através da análise sobre a relação que as comunidades negras rurais possuem com seu território, constituindo assim laços identitários. A procura em se discutir identidade tornou-se evidente com a expansão do fenômeno da globalização, do multiculturalismo e da discussão moderno/pós-moderno. Os estudos de identidade remetem muitos autores a utilizarem dois caminhos: a perspectiva da identidade pessoal, “uma reflexividade da modernidade que se entende ao núcleo do eu” e a discussão sobre uma identidade coletiva, “ligada a sistemas culturais específicos, como as identidades regionais e nacionais”. Contudo estas duas perspectivas estão interligadas, conforme Rosa “não há como vivenciar uma identidade cultural específica se esta não for incorporada à identidade pessoal de cada agente social”. No texto a discussão de identidade alicerçará a compreensão do sentimento de pertencimento dos *quilombolas* ao seu território e a interação ao seu universo social, por isso a necessidade em problematizar as concepções teóricas sobre identidades culturais na contemporaneidade (ROSA, 2007 *apud* SILVA 2010)

A existência dos territórios quilombolas, atualmente, e muitas vezes defendidos pela própria historiografia e por movimentos sociais, é compreendida como forma de preservar e designar o pertencimento étnico dos grupos que são caracterizados como de exclusividade negra, originários da escravidão, da resistência e que praticam o isolamento defensivo, contudo não devem ser vistos

como isolados sociais ou culturais. Conforme Schmitt, são considerados remanescentes de comunidades de quilombos os grupos que formaram-se a partir de uma grande diversidade de processos, através de fugas, ocupando terras livres e geralmente isoladas, através de heranças, doações, recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, etc. (SCHMITT, 2002). A figura 06 mostra os estados brasileiros que possuem comunidades remanescentes de quilombos de acordo com a Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP.



**Figura 06:** Mapa dos estados brasileiros que possuem comunidades remanescentes de quilombos. Fonte: CPISP, 2010.

Assim, homens e mulheres dessas comunidades, vivendo em áreas isoladas, implementaram uma organização social para que continuassem livres. Na luta pela liberdade, muitos desses grupos foram perseguidos e acabaram dizimados. Mas essa noção de organização e resistência ainda permanece viva em localidades distribuídas por todas as regiões do país após mais de um século do fim da escravidão como é o caso da Comunidade Quilombola Onze Negras.

Durante o período escravista, o comprador desejava um escravo moldado, que estivesse pronto a ser utilizado na labuta: fiel a seu senhor. Nesse sentido o negro africano era visto com uma “coisa”, um objeto, uma mercadoria, tornado-se pertencente a um grupo de cativos sem forças para resistir a essa imposição

cultural. Com isso causou uma dificuldade do negro africano de se identificar, de possuir uma memória individual ou propriamente coletiva, distante do sentimento da identidade social, ou seja, uma imagem “que um indivíduo adquire ao longo da vida referente a ele próprio, que ele constrói e apresenta aos outros e a si próprio” (POLLAK, 1992; 206). Portanto, sendo totalmente transformada ao entrar em conflito com as formas que o senhor de escravo estabeleceu.

D’Adesky (2001) afirma que “é preciso que a identidade seja reconhecida, de forma autônoma, pelos outros, existindo por si mesma, constituindo o indivíduo livre, consciente de sua individualidade, de sua liberdade, de sua história e, por último, de sua historicidade”. A interação com o “outro” não foi construtiva, o negro africano e sua carga histórico-social é ignorada e, portanto fragmentada, despersonalizando e sujeitando este indivíduo ao domínio do “outro”.

No imaginário popular é muito comum a associação dos quilombos a algo restrito ao passado, que teria desaparecido do país com o fim da escravidão. Mas a verdade é que as chamadas comunidades remanescentes de quilombos existem em praticamente todos os estados brasileiros. De acordo com dados do Centro de Cartografia aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília (UnB), até 2005, mais de duas mil comunidades quilombolas foram identificadas.

Levantamento da Fundação Cultural Palmares, do Ministério da Cultura, mapeou 3.524 dessas comunidades. De acordo com outras fontes, o número total de comunidades remanescentes de quilombos pode chegar a cinco mil (Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial -SEPPIR, 2011).

Na visão de Sodré (1999) ele define que antes de ser o *lócus* dos assemelhamentos ou das identidades estáveis, a comunidade é um operador de diferenciação, algo suscetível de gerar uma relação social. É uma palavra que remete a afinidades, sejam elas territoriais, linguísticas, religiosas, e assim, leva os indivíduos a se diferenciarem originalmente uns dos outros no interior do mesmo grupo e, depois, de grupos diferentes.

Neste sentido, Castells (1999) define a identidade como fonte de significado e experiência de um povo. Ela permite um indivíduo a localizar-se num dado sistema social e ser localizado por este. Segundo Ronsini (1993), a construção da identidade gera processos simbólicos de pertencimento em relação a referentes variados como cultura, nação, classe, grupo étnico ou gênero. Assim, a identidade se constitui em função de um grupo que permite ao sujeito sua

inserção num conjunto social, mas também que depende das performances individuais do mesmo sujeito no jogo cênico da realidade oferecida.

A identidade depende de um contraponto, de um processo de diferenciação, de separação, de ruptura para ganhar significação. As identidades e as divisões a que implicam os sujeitos não são práticas neutras, estão permeadas por conflito e negociação. Nesse sentido, a identidade é também uma questão de poder, de política (OLIVEIRA & MORTARI, 2006, p.6).

Atualmente o conceito de quilombola vai muito além de descendentes e escravos fugidos. O termo quilombo afastou-se da concepção vinculada à imagem e modelo implantados por Zumbi em Palmares e consolidou-se no âmbito da antropologia. A razão disso é que as comunidades quilombolas integram, hoje, o vasto contexto agrário brasileiro e se autodefinem a partir das suas relações com a terra, o território, o parentesco, a ancestralidade, as tradições e as práticas culturais próprias.

Um dos alicerces da causa quilombola é o direito à terra, pois é nela que a comunidade se reconhece e é dela que tira seu sustento. Muito além da ideia de ter um “pedaço de chão para plantar”, a territorialidade está diretamente ligada à identidade quilombola, mesmo que historicamente essa população tenha sofrido com a supressão de suas terras.

A legislação brasileira garante aos quilombolas a propriedade de seus territórios. A primeira iniciativa nesse sentido foi a inclusão do artigo 68 – mencionando anteriormente - dos atos das disposições transitórias na Constituição, que reconhece o direito à terra. A partir daí, várias normas e leis – federais e estaduais – vêm sendo criadas para regulamentar e garantir a titulação nesses quilombos.

### *2.3 O que são conflitos socioambientais?*

Ao longo da história diversas áreas do conhecimento, estas atreladas às ciências humanas vêm estudando os conflitos contribuindo para um melhor entendimento a respeito dessa temática.

Nos dias atuais, estes estudos tem se dado principalmente dentro de dois campos teóricos: o da sociologia e o da economia política, o que nos remete ao surgimento de duas escolas de pensamento – a escola do conflito de orientação predominantemente marxista e a escola do consenso, que se orienta a partir das teorias funcionalistas e de sistema (VAYRYNEN, 1991; FERREIRA, 2005; BARBANTI JR., 2006).

Dentro do marxismo os conflitos são oriundos e evidenciados em torno das lutas de classes e contradições estruturais nas relações socioeconômicas que se rebatem gerando mudanças no sistema social. Já no funcionalismo, os conflitos têm suas origens na natureza humana e nas suas relações sociais funcionais sendo resolvidos mediante mudanças adaptativas que buscam manter a ordem, o equilíbrio e o funcionamento dos sistemas sociais (SILVEIRA, 2010).

De acordo com Barbanti Jr. (2006), no Brasil a forte influência marxista sobre a análise de conflitos sociais perdurou até a década de 1980, tendo em vista que nesse período ocorreu a queda dos sistemas políticos e econômicos dos países socialistas, contribuindo assim, para a busca de outros marcos teóricos onde os enfoques de consenso começaram a ganhar força dentro das análises de conflitos.

Neste contexto, entende-se o conflito socioambiental como um conflito social relacionado ao modo de apropriação e uso dos elementos da natureza envolvendo relações de poder onde os sujeitos envolvidos constroem uma “dimensão ambiental” para suas lutas (ACSELRAD, 1995).

Assim, de acordo com as abordagens referenciadas (marxista ou funcionalista) no mínimo quatro tendências teóricas têm se desenvolvido no Brasil no que concerne à análise dos conflitos socioambientais (BARBANTI JR., 2006). O quadro 02 mostra uma síntese dessas tendências para efeito de comparação.

<b>Tendência Teórica</b>	<b>Principal Ideia</b>	<b>Principais autores</b>
<b>Instrumentalização do tema</b>	O termo “conflito” parece substituir o termo “problema”. O termo que se refere a um “problema ambiental” passa a descrever um “conflito ambiental”.	Theodoro (2002; 2005)
<b>Setorialização dos conflitos sociais</b>	Setoriza o conflito social no escaninho terminológico “ambiental” ou “socioambiental”. Explica a existência do conflito ambiental a partir da construção de uma percepção social. Põe ênfase na dimensão prática de como os conflitos ocorrem no embate entre atores sociais. Os conflitos ambientais são definidos a partir de três componentes básicos: ação (dos agentes envolvidos), determinação (dos processos estruturais) e mediações (políticas e culturais).	Hannigan (1995) Fucks (1997) Pacheco (2000)
<b>Sociologia dos conflitos ambientais</b>	Faz uso da Ciência Política e da Sociologia Política e possuem foco no processo de mobilização social, com ênfase na análise de poder. Propõe a criação de uma disciplina específica para tratar da temática: a Sociologia dos Conflitos Socioambientais.	Alonso e Costa (2000)
<b>Abordagem interdisciplinar e politizadora</b>	Considera que uma única disciplina do conhecimento pode não ser suficiente para se analisar os conflitos, principalmente aqueles relacionados à promoção de formas mais sustentáveis de desenvolvimento, pois as diversas dimensões da sustentabilidade implicam justamente num enfoque interdisciplinar mediados pela ecologia política e conceitos de justiça ambiental. Essa tendência tende a politizar as discussões acerca dos conflitos socioambientais, considerando os processos sociopolíticos de apropriação da natureza.	Acselrad (1992) Little (2001) Zhouri, Laschefski, Pereira (2005)

**Quadro 02:** Principais tendências teóricas no estudo dos conflitos socioambientais no Brasil. Adaptado de Silveira (2010).

Acerca da produção social do espaço e as formas de abordagens dos conflitos, os conflitos socioambientais podem ser definidos como conflitos sociais que envolvem relações de poder constitutivas do modo de apropriação e uso de elementos da natureza, nos quais os sujeitos envolvidos constroem uma dimensão que eles nomeiam “ambiental” para suas lutas (SILVEIRA, 2010).

Considerando esse conceito os elementos da natureza constituem os objetos considerados naturais, que possuem existência ontológica, existindo independentemente da produção humana, mas que podem ser modificados, reconstruídos ou decompostos.

Theodoro *et al.* (2002) mencionam que é importante entender que a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento não são atividades excludentes, mas, muitas vezes, mostram-se conflitantes e necessitam ser

compatibilizadas. A não-observância dos preceitos de sustentabilidade futura pode viabilizar no curto prazo, resultados mais significativos no processo de desenvolvimento econômico. Entretanto, mais cedo ou mais tarde, um preço terá de ser pago, seja pela descontinuidade da produção, seja pelas possibilidades perdidas.

Esses elementos estão embutidos no próprio processo de reprodução da sociedade e seu modo de apropriação está na essência da reprodução da diferenciação social. Nesse sentido, a natureza é um objeto apropriado de forma diferente pelos sujeitos sociais, cuja apropriação acontece dentro do processo de diferenciação social e de poder da sociedade.

Essas assimetrias na apropriação social da natureza resultam em uma distribuição ecológica desigual do modo como se produz o “espaço ambiental”. A partir daí o conflito se emerge na medida em que um grupo utiliza-se desse espaço em detrimento dos significados e usos que outros segmentos sociais possam fazer de seu território para assegurar a reprodução do seu modo de vida (ACSELRAD, 2005).

Desse modo é possível relacionar essa assimetria de apropriação da natureza aos fatores que condicionam a produção social do espaço com destaque às tensões dialéticas entre o que Lefebvre (1991) denomina de “espaço abstrato” (com seu correspondente valor de troca) e o “espaço social” (com seu correspondente valor de uso).

Mesmo sabendo que os elementos da natureza não são passíveis de apropriação privada, o modo como o espaço é produzido socialmente, faz com que os seus elementos naturais, considerados um bem comum, sejam subordinados às lógicas de reprodução do modo de produção capitalista (BARROS; SILVEIRA; GEHLEN, 2009).

É importante salientar que na configuração desse conflito em que os sujeitos constroem uma “dimensão ambiental” para as suas lutas, as contradições do modo de apropriação da natureza e produção do espaço são denunciadas com a demonstração das vítimas das injustiças ambientais que são excluídas do chamado “desenvolvimento” e que assumem todo o ônus dele resultante (ACSELRAD, 2005).

Dessa forma, os conflitos socioambientais não devem ser evitados, mas considerados como elementos essenciais para construção da democracia e da

justiça ambiental, pois procuram atribuir caráter público ao meio ambiente comum a indivíduos e grupos sociais, revelando injustiças que devem ser vistas e solucionadas no contexto das políticas públicas. Essa visibilidade tanto social como política se dá mediante processos de participação social que se tornam elementos de configuração dos conflitos socioambientais.

Fuks (1998) destaca que a definição de meio ambiente enquanto problema social não é apenas resultado de uma universalidade conceitualmente deduzida, mas depende, igualmente, de conflitos e disputas localizadas que apontam para uma universalidade socialmente construída, que pode privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Segundo Ostrom (1990) *apud* Hoeffel *et al* (2008), faz parte do nosso cotidiano o contato permanente com conflitos de usos de recursos naturais e a destruição dos mesmos e, em geral, a fonte do problema é conhecida. Entretanto a questão é obter dos diferentes atores envolvidos um consenso sobre como resolver o problema.

“O conceito de conflito socioambiental é de fundamental importância, pois nos permite entender o problema ambiental não apenas pela sua face ecológica, mas também pelo critério do conflito de interesse existente entre os diversos atores sociais em questão” (LAYRARGUES, 2000).

Zhour *et al* (2005), enfatiza que os desafios que se colocam para a construção da sustentabilidade e da justiça ambiental no Brasil exigem, portanto, o reconhecimento das formas históricas de significação e apropriação do espaço, que anulam uma multiplicidade de formas de conceber e agir junto ao ambiente natural. Isso remete à necessária valorização das alteridades culturais disseminadas por entre as várias camadas sociais, assim como a compreensão das dinâmicas de poder existentes entre elas.

É justamente nesse espaço que as questões ambientais sobressaem, rompendo barreiras, forçando um novo processo de construção social. Na busca pela construção de um novo patamar de entendimento das relações dos homens com seu meio natural, pode ocorrer o encontro de racionalidades e identidades divergentes que questionam as verdades estabelecidas. A discussão dominante nos últimos tempos ganhou novos contornos e incorporou novas variáveis como a

ética e a solidariedade, além das puramente econômicas, sociais e/ou ambientais (THEODORO, 2005).

### *Conflito no uso dos recursos naturais*

Shiva (2000) afirma que o entendimento atual sobre recursos naturais sofreu uma ruptura conceitual com o advento da industrialização e do colonialismo, dando lugar a um novo sentido de recursos naturais como “repositório de matérias-primas que aguardam sua transformação em insumos para a produção de mercadorias”.

Outra visão é mencionada por Raffestin (1993), que apresenta o argumento de que os recursos não são naturais, e sim sociais. O autor fundamenta essa afirmação com uma análise da tecnicidade, entendida como o conjunto de relações que os seres humanos mantêm com as matérias às quais podem ter acesso. Ele vai mais longe ainda quando afirma que nossa tecnicidade é dissimétrica de tal forma que, “quanto mais complexa é a nossa tecnicidade, mais frágil ela se torna. Ela é composta por tal número de inter-relações que toda mudança, mesmo mínima em aparência, pode ter graves consequências”.

Os recursos naturais dificilmente são enquadrados como propriedade privada individual e, por isso, sua exploração, ao afetar um grande número de pessoas, exige mecanismos e instituições capazes de resolver conflitos entre grupos sociais. Nesse sentido, os recursos naturais são quase sempre recursos de propriedade comum, pertencentes ao âmbito dos direitos difusos. Muitas vezes, eles pertencem ao Estado ou a coletividade comunais ou municipais e são explorados em um regime de concessões baseadas em regras desejavelmente racionais, ou existem restrições a seu uso, em nome da preservação de interesses coletivos. Em última instância, o uso racional dos recursos naturais – tanto em termos de seu consumo ordenado quanto dos efeitos eventualmente negativos do seu consumo sobre alguma parcela da coletividade – exige leis e instituições que os enquadrem devidamente em uma zona “cinzenta” entre a propriedade privada e a propriedade pública (setor produtivo e governo ou entre instituições) (THEODORO, 2005).

Segundo Giddens (2001), a atual fase da modernidade tardia provocou algumas mudanças nos valores sociais, dentre as quais, a relevância dos conflitos em torno dos recursos naturais. Para Leff (2004), os desafios advindos da crise de

paradigmas que ocorre em meio à sociedade moderna geram conflitos, muitas vezes intransponíveis, na construção de projetos que valorizem a reflexão integrada do conhecimento nas diferentes formas e áreas do saber.

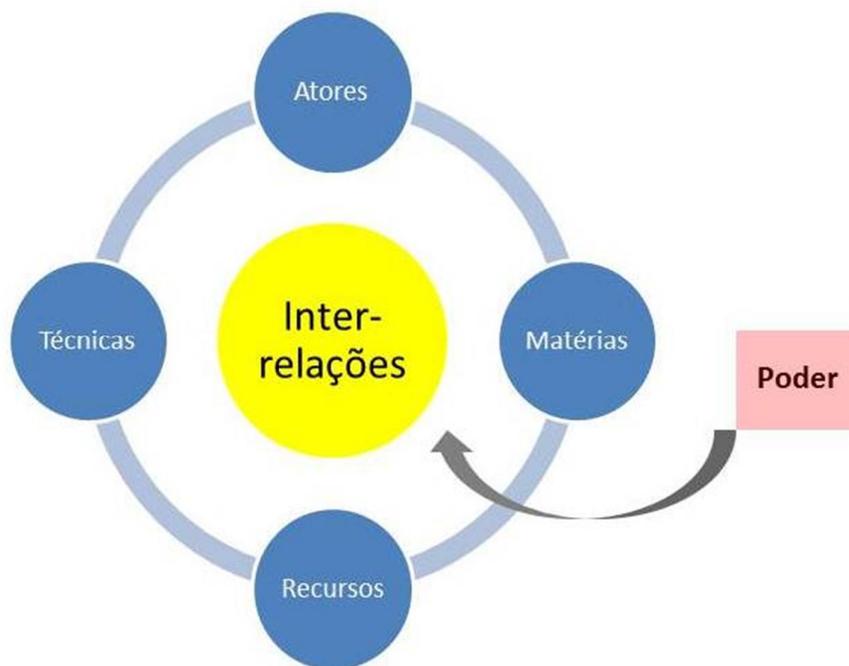
Theodoro (2005) ainda remete que a multiplicidade de percepções sobre a forma de uso dos recursos naturais gera conflitos em todos os níveis, desde o local até o global, com vieses econômicos, sociais, culturais e políticos, entre outros mais difusos. Tratar esses tipos de embates, disputas ou conflitos demanda que se criem soluções negociadas, as quais devem considerar uma abordagem mais integrada dos elementos envolvidos, de forma a viabilizar uma gestão mais harmônica dos recursos em disputa. Para tanto, se faz necessário entender que grande parte das variáveis envolvidas são intrínsecas à conjuntura em que os conflitos se desenvolvem. O arranjo das políticas públicas utilizadas como vetor para construção de estratégias de futuro deve, portanto, estar em sintonia com os imperativos do desenvolvimento, em bases mais sustentáveis e coerentes.

Little (2001) menciona que a análise de um conflito específico deve começar com a identificação do foco central do conflito: “O que realmente está em jogo?”. Obviamente, os conflitos podem ter vários movimentos, dimensões ou fenômenos complexos, mas, quando se consegue identificar os pontos críticos, pode-se avançar muito no entendimento da dinâmica do conflito. Para esse autor, existem também três grandes tipos de conflitos: (i) conflitos em torno do controle sobre os recursos naturais, tais como disputas sobre a exploração ou não de um minério, sobre a pesca, sobre o uso dos recursos florestais etc.; (ii) conflitos em torno dos impactos (sociais ou ambientais) gerados pela ação humana, tais como a contaminação dos rios e do ar, o desmatamento, a construção de grandes barragens hidrelétricas etc. e (iii) conflitos em torno dos valores e modo de vida. Esses envolvem o uso da natureza, cujo núcleo central reside num choque de valores ou ideologias.

Todavia, a complexidade dos conflitos gerados em torno do uso de um determinado recurso, principalmente quando envolve relações de poderes desiguais (companhias petrolíferas x comunidades tradicionais, latifundiários x agricultores sem-terra, índios x garimpeiros, comunidades de remanescentes de quilombos x empresas), é um desafio constante, pois cada caso apresenta especificidades próprias, tanto espaciais quanto temporais. Em alguns casos, o fortalecimento das fragilidades é um caminho para consolidar o respeito mútuo. O

desafio maior para se alcançar uma gestão eficiente, em que todos os atores e o meio ambiente sejam contemplados, pelo menos em parte, é a implementação de um modelo de racionalidade, sustentado na observação dos direitos humanos e naturais difusos (THEODORO, 2005).

Raffestin (1993) utiliza alguns elementos de análise para o entendimento dos conflitos. Ele também sugere que as inter-relações são dinâmicas entre os quatro elementos: atores, técnicas, matérias e recursos. Ele busca demonstrar como essas inter-relações estão carregadas de poder (FIGURA 07).



**Figura 07:** Análise de entendimento dos conflitos. Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

Para tanto, utiliza como exemplo a problemática das chamadas tecnologias intermediárias, em que alguns países em vias de desenvolvimento desistem de desenvolver as “tecnologias de ponta” (tecnologias espaciais, tecnologias de computação, biotecnologias) e procuram desenvolver e utilizar tecnologias mais simples, voltadas aos setores pobres de suas sociedades e que utilizam menos recursos naturais. Essa questão é de extrema relevância hoje em dia, particularmente em países como o Brasil, que necessitam encontrar alternativas que viabilizem um modelo de desenvolvimento mais justo e ético e possibilitem a inclusão da imensa massa de pobres.

## *CAPÍTULO 3*

*Território e produção do espaço: interface com os conflitos socioambientais.*

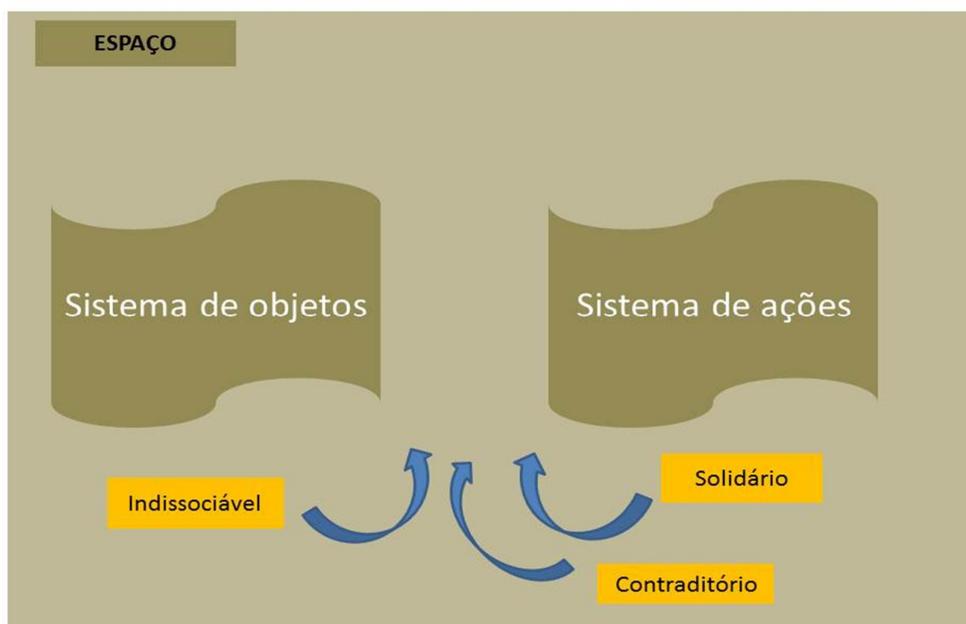
### 3. TERRITÓRIO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO: INTERFACES COM OS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

---

*“De que nos vale os dias se filhos já não há? De que nos vale a terra se por tumba servirá? A liberdade buscada só a morte nos trará!” (VASCONCELOS, 2003: 51)*

#### 3.1 O Espaço e seus desdobramentos

De acordo com Santos (2006, p. 39), “o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (FIGURA 08). Ao longo da história, tal espaço vem se transformando de uma natureza selvagem, formada por objetos naturais, em uma natureza artificial que funciona como uma máquina, formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, até mesmo cibernéticos. Dessa maneira, o espaço é constantemente marcado pelo acréscimo de objetos técnicos (hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, rodovias, estradas de ferro, cidades) que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.



**Figura 08:** Constituição do espaço. Fonte: Santos (2006). Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

O espaço se constitui em uma produção humana, onde seu processo de criação e transformação se determina pelo modo como os seres humanos produzem sua existência, ou seja, o espaço se torna um produto do modo de produção vigente na sociedade. No entanto, como o modo de produção é apenas um elemento da totalidade, na medida em que determina o espaço a ser produzido é ao mesmo tempo determinado por ele (ROSSINI, 2009).

Nessa perspectiva o espaço expõe no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por conseguinte, geram também as condições de reprodução das relações sociais. Dessa maneira, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. Em outras palavras, o espaço consiste em um “efeito” que se transforma em “causa”, ou, um resultado que se transforma em processo (LEFEBVRE, 1991; GODOY, 2004).

Existem três momentos no processo de produção do espaço de acordo com Lefebvre (1991): as práticas espaciais (espaço percebido); as representações do espaço (espaço concebido); e os espaços de representação (espaço vivido).

As práticas espaciais (espaço percebido) na visão trazida correspondem as práticas espaciais materiais, uma vez que estas congregam os fluxos físicos de materiais e de energias, com transferências e interações que ocorrem dentro e através do espaço a fim de garantir a produção e a reprodução social. Nesse seguimento as práticas espaciais integram uma associação estreita entre a realidade diária (o chamado dia-a-dia) e a realidade urbana (as conhecidas rotas e redes que ligam lugares reservados para trabalho, vida privada e lazer). Elas se estabelecem entre os interesses particulares e coletivos a partir das relações sociais (HARVEY, 2006; LEFEBVRE, 1991b; SILVA, 2007).

As representações do espaço (espaço concebido) contemplam o espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas, tecnocratas e engenheiros sociais, um espaço que tende a ser exposto. Esse espaço concebido é visivelmente o da representação abstrata demonstrada no capitalismo pelo pensamento hierarquizado, imóvel, distante do real. Proveniente de um saber técnico e ideológico, as representações do espaço privilegiam a ideia de produto devido à supremacia do valor de troca na racionalidade geral. É nesse sentido de produção do espaço que o poder público e a iniciativa privada exercem seu poder e controle na transformação do ambiente (LEFEBVRE, 1991b, SOUZA, 2009; SILVA, 2007).

O espaço de representações é aquele que é "diretamente vivido através de suas imagens e símbolos associados [...], o espaço que a imaginação procura mudar e apropriar" (LEFEBVRE, 1991b, p. 39). Esse espaço vivido é propício a ser não verbalizado e demonstra as diferenças em relação ao modo de vida programado.

O espaço vivido mostra-se como a expressão mais concreta do espaço social e vice e versa, quando o mesmo é entendido pela soberania do ser humano sobre o objeto, através de sua apropriação pela corporeidade. É nesse espaço de representação (no dia-a-dia) onde indivíduos e comunidades que tiveram seus direitos socioambientais ameaçados, resistem e exercem de fato sua cidadania, lutando pela garantia e ampliação desses direitos, tendo como meios as diversas formas de participação social (SOUZA, 2009, SILVA, 2007).

Na medida em que o espaço envolve as contradições da realidade ele é visto como um produto social. "Diante dessa afirmação o espaço torna-se uma mercadoria que se abstrai enquanto mundo, ao mesmo tempo, que traduz as diferenças e as particularidades contextuais" (SOUZA, 2009, p. 3).

Com respeito ao espaço social, trata-se do espaço dos "valores de uso" produzidos pela complexa interação de todos os agentes sociais no cotidiano. Nesse sentido, a tensão entre "valor de uso" e "valor de troca" produz o espaço social de usos, ao mesmo tempo em que produz um espaço abstrato de expropriação. Esse espaço envolve as ações sociais, as ações dos sujeitos tanto individuais como coletivos (LEFEBVRE, 1991b; FERREIRA, 2007).

É importante salientar que quando Lefebvre decodifica espaço em prática espacial (espaço percebido), representações de espaço (espaço concebido) e espaço de representações (espaço vivido), sua intenção não é a de criar uma categorização fragmentadora do todo espacial, mas sim, procurar entender as relações entre multiplicidades de espaços que integram o espaço social, com suas particularidades e dinâmicas próprias, que não podem ser consideradas de forma isolada, entretanto, numa relação dialética que está na base de sua proposta teórica sobre o processo de produção do espaço. Nesse sentido, práticas espaciais, representações do espaço e espaço de representações realizam-se simultaneamente, confundindo-se, sobrepondo-se (SILVEIRA, 2010).

Santos (2008), deixa claro que quando falamos de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas

também de seus aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e torna-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fato. O dado global, que é o conjunto de relações que caracterizam uma dada sociedade, tem um significado particular para cada lugar, mas este significado não pode ser apreendido senão no nível da totalidade. De fato, a redistribuição dos papéis realizados a cada novo momento do modo de produção e da formação social depende da distribuição quantitativa e qualitativa das infra-estruturas e de outros atributos do espaço. O espaço construído e a distribuição da população, por exemplo, não têm um papel neutro na vida e na evolução das formações econômicas e sociais.

O mesmo autor ainda trata que o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim, o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus momentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos.

### *3.2 Espaço: Lugar de Conflitos*

O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem trouxessem neles mesmos sua própria explicação. Isto seria adotar uma metodologia puramente formal, espacista, ignorando os processos que ocasionaram as formas. Os objetos espaciais, o espaço, apresentam-se a nós de forma a nos enganar duplamente: por causa de suas determinações múltiplas e poligenéticas e também por sua deformação original (SANTOS, 1986).

Ainda segundo Santos (1986), para interpretar corretamente o espaço é preciso descobrir e afastar todos os símbolos destinados a fazer sombra à nossa capacidade de apreensão da realidade. Isto quer dizer que não é suficiente tentar interpretar diretamente a paisagem nos seus movimentos, nem trabalhar exclusivamente levando em conta os elementos que a compõem.

Para Carlos (1996) O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido podemos até afirmar, na opinião do autor, que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade a menos que seja a pequena vila ou cidade – vivida/conhecida/reconhecida em todos os cantos.

Na visão de Lefebvre (1991) os lugares tanto se opõem como se completam ou se reúnem o que introduz uma classificação por topias (isotopias, heterotopias, utopias, quer dizer lugares contrastantes), mas também, e, sobretudo, uma oposição altamente plausível entre os espaços dominados e apropriados.

Segundo Acselrad (1992) todo problema ambiental resulta de um conflito social entre interesses privados e bens coletivos que se desenrolam na tensão entre os múltiplos usos dos recursos naturais num dado território ou espaço.

Mesmo sabendo que os elementos que constituem o meio ambiente não são passíveis de apropriação privada, como é o caso do ar e a água, indivíduos mediados por relações territorializadas de poder podem alterar a qualidade desses recursos naturais pelo uso impróprio privando o acesso de grupos humanos de usufruírem desses bens com qualidade gerando assim conflitos sociais.

O espaço, entretanto, não é usualmente considerado como uma das estruturas da sociedade, mas um mero reflexo. E, se concluímos que a organização do espaço é também uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história, sua inércia passa a ser dinâmica. Por *inércia dinâmica* entendemos que a *forma* é tanto resultado como condição do *processo*. As formas espaciais não são passivas, mas ativas; as estruturas espaciais são ativas e não passivas, mesmo que sua autonomia, com relação a *outras* estruturas sociais, seja relativa. Mas as formas espaciais também obrigam as outras estruturas sociais a modificar-se, procurando uma adaptação, sempre que não possam criar novas formas (SANTOS, 2008).

Seguindo a mesma linha de Santos (2008), cada elemento (estrutura, subestrutura) muda de valor, ao mesmo tempo em que a totalidade se transforma, qualitativa ou quantitativamente. Contudo, o ritmo dessa evolução é diferente para cada elemento ou estrutura. Essa diacronia é a verdadeira base do processo de transformação. Por isso, as formas espaciais, cuja natureza as torna resistentes à mudança, constituem um elemento fundamental de explicação do processo social e não somente o seu reflexo.

O desenvolvimento do capitalismo marcado pelo processo de concentração de poder e renda, tanto no perfil que assume como nos resultados sócio-econômicos, configura-se na sua essência como um processo desigual de desenvolvimento nos aspectos econômicos, sociais, políticos e espaciais desprivilegiando os pequenos modos de produção que aos poucos vão se subordinando ao modo de produção dominante – o capitalista (ROSSINI, 2009).

Até hoje, a propriedade privada da terra e o valor de troca que lhe é atribuído continuam afetando o bem-estar coletivo, “seja pela interligação que estabelece pelos recursos hídricos, seja pela fertilidade que encerra, e da qual dependem as gerações futuras de proprietários e não-proprietários de terra, seja pelo uso que é feito dos recursos bióticos vegetais e animais que contém” (ACSELRAD, 1992, p.22).

Nessa perspectiva, é possível perceber que os conflitos em torno do uso dos recursos naturais (conflitos socioambientais) estão relacionados à apropriação privada do espaço e dos seus elementos constitutivos, dentro das relações dialéticas entre espaço abstrato e seu correspondente “valor de troca” dado aos elementos da natureza e o espaço social, de onde emergem os “espaços diferenciais” que resistem à ordem abstrata de produção do espaço, tentando resgatar acima do “valor de troca”, o “valor de uso” da natureza (COSTA, 2003).

Para Carlos (1996) a crescente urbanização do planeta resulta em uma volatilização das relações sociais, através da ampliação do domínio do mundo da mercadoria que invade a vida das pessoas onde tudo é comprado e vendido, visto que o ato de troca é um ato do cotidiano que traz como consequência uma relação entre sujeitos baseada na cadeia de equivalência de não-equivalentes. Os cidadãos perdem sua identidade concreta diante da identidade abstrata do trabalho e nasce a ideia de que para viver a modernidade é necessária uma constituição de Homero.

Uma das territorialidades que mais tem tido força nos últimos tempos, especialmente no contexto latino-americano, é a territorialidade dos chamados “povos” ou “comunidades tradicionais”, que se reproduzem numa íntima relação com a terra, o território e a paisagem. Entre essas comunidades se destacam os povos indígenas e quilombolas, cuja delimitação de territórios, formalmente reconhecida no Brasil, é objeto de intensos conflitos e disputas pela posse da terra.

A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso) (CARLOS, 1996, p.21).

A construção identitária, nesses casos, tem um amplo papel político enquanto instrumento de legitimação dessas lutas. Políticas conservacionistas também frequentemente vêm-se na obrigação de considerar o convívio da preservação com a reprodução de comunidades tradicionais, e novas formas de gestão também aqui são reivindicadas, incluindo aquelas do uso comum ou coletivo do território, como ocorre nos chamados “faxinais” e “fundos de pasto”, embriões, quem sabe, de uma nova e mais democrática forma de usufruto e controle territorial (ALBUQUERQUE, 2010).

Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito a como, a partir de que, por quem, e para que isso acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, e pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 1999, p.23).

Segundo Perico (2009), no espaço, processos de inserção da população são gerados – como o produto dos processos históricos que determinam sua construção -, definindo distintas características e a expressão destas em seus próprios espaços, o que resulta na manifestação denominada identidade. Esta aparece com o caráter que expressa os atributos – étnicos, culturais, econômicos ou políticos – apropriados pelas pessoas em seus respectivos espaços. Dessa maneira, o tema identidade restringe-se à sua natureza espacial, não sendo possível desconhecer que a identidade abrange outras dimensões e expressões não espaciais, a exemplo das características diferenciadas nas preferências religiosas, políticas, estéticas e sexuais, que também são características de identidade, mas nem sempre se manifestam restritas a um espaço.

As diversas formas de cultura carregam consigo aspectos como tradições, valores, costumes, práticas, saberes, entrelaçados ao longo dos tempos, que constituem o capital cultural que repousa no imaginário da memória coletiva. Nesse capital, estão constituídas fontes de identificação, muitas delas fundadas em negociações, reações, posturas e relações que se afirmaram contra a imposição de

alguma condição, sistema, transformação ou ainda processo autoritário engendrado pela modernidade (FERNANDES, 2010).

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo (CARLOS, 1996, p.30).

Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca (HAESBART, 2004).

Define-se território como a dimensão política do espaço – reconhecido e identificado – como unidade da gestão política que o distingue e a ele atribui existência, de certa forma, institucionalizada. Nem sempre o território se constitui uma entidade territorial, como municípios, província, departamento ou estado. É suficiente ser reconhecido como unidade que pode controlar ou interagir (concretização da institucionalidade). Logo, pode ser a bacia de um rio, a união de organizações territoriais, um espaço com nítidas características étnicas ou um espaço definido por redes econômicas bem caracterizadas (PERICO, 2009).

A percepção e a construção do território incorporam o espaço físico em que vivem os moradores bem como as formas de uso simbólico. O espaço necessário à manutenção e reprodução da vida depende dos espaços da extração, da pesca, as reservas de lenha, matas, roçados em descanso, espaços para a religiosidade, a ser mobilidade social, dentre outros. O território representa também a possibilidade de construir novas formas de reproduzir os grupos sociais via resistência política coletiva e individual; o território converte-se numa narrativa política dos grupos sociais porque sintetiza a diversidade de experiências vividas reunidas em torno da experiência com a terra (SILVA, 2006).

Haesbart (2004), ainda afirma que a territorialidade, além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”.

Para Raffestin (1993), “um recurso não é uma coisa”, a matéria em si, ele “é uma relação cuja conquista faz emergir propriedades necessárias à satisfação de necessidades”. Como “meio para atingir um fim”, não é uma relação estável, pois surge e desaparece na história das técnicas e da consequente produção de necessidades humanas. Milton Santos (2000) distingue o território como recurso, prerrogativa dos “atores hegemônicos”, e o território como abrigo, dos “atores hegemonzados”. Embora reconheçamos a enorme relevância desta distinção, podemos divergir em relação aos termos, já que, na verdade, são duas formas distintas de produção do território enquanto recurso: os dominantes privilegiando seu caráter funcional e mercantil, os dominados valorizando-o mais enquanto garantia de sua sobrevivência cotidiana.

O trabalho dos grupos sociais se incumbe de determinados aperfeiçoamentos em lugares particulares, fazendo das benfeitorias irremovíveis o cimento da comunidade com o lugar onde ela se situa. Dessa materialização do trabalho social deriva o caráter territorial das soberanias e autonomias que impregnam as concepções políticas do Estado nacional, que se funda no exercício do poder soberano sobre um território claramente demarcado a legitimidade do mapa político do mundo é ancorada na “territorialidade estatal”, porém internamente, os territórios nacionais não acolhem compartimentações exclusivamente estatais, há formas alternativas ao poder do Estado que também se territorializam. Assim, os compartimentos internos têm importância considerável, pois revelam a territorialidade das políticas, historicamente elaboradas por meio dos controles físicos e simbólicos dos territórios (CATAIA, 2008).

A regularização dos territórios quilombolas fez parte das ações do Programa Brasil Quilombola (PPA, 2004-2007) e também das ações do Plano Plurianual (PPA 2008-2011), com o destino de R\$ 2 bilhões para regularização fundiária, projetos de infraestrutura e ações para estimular o fortalecimento das comunidades remanescentes de quilombos. Dentre as comunidades quilombolas oficialmente registradas pelo governo federal, até hoje 390 passaram por processo de titulação (Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011). De acordo com o Segundo

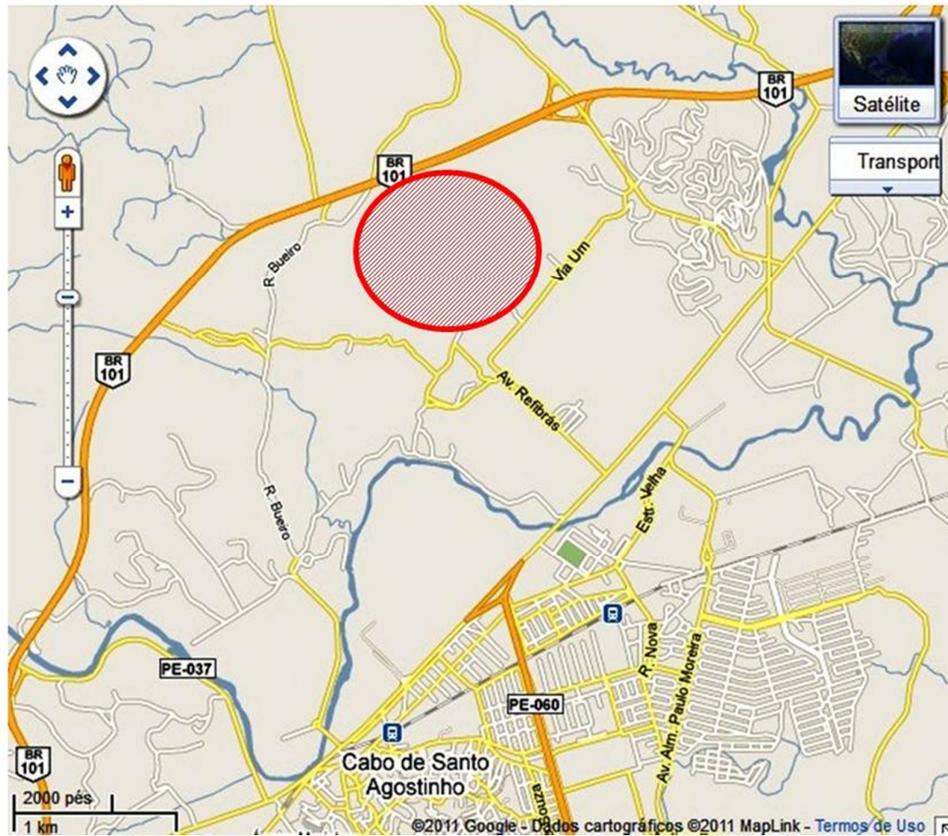
Cadastro Municipal dos Territórios Quilombolas do Brasil (publicado pelo Centro de Cartografia Aplicada e Informação Geográfica da Universidade de Brasília, 2005).

Os territórios dos povos tradicionais se fundamentam em décadas, em alguns casos, séculos de ocupação efetiva. A longa duração dessas ocupações fornece um peso histórico às suas reivindicações territoriais. O fato de que seus territórios ficaram fora do regime formal de propriedade da Colônia, do Império e, até recentemente, da República, não deslegitima suas reivindicações, simplesmente as situa dentro de uma razão histórica e não instrumental, ao mesmo tempo em que mostra sua força histórica e sua persistência cultural. A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território (LITTLE 1994; 2002).

### *3.3 A Comunidade Quilombola Onze Negras*

#### *Caracterização da área*

A Comunidade Quilombola Onze Negras está localizada a 35km da capital (Recife) e a 10km do Centro do Cabo de Santo Agostinho, pertencente a Zona Rural está localizada entre os rios Pirapama e Gurjaú, como mostra a figura 09, com destaque hachurado.



**Figura 09** : Mapa com a localização da Comunidade Quilombola Onze Negras. Fonte: Google Earth, 2011.

O surgimento da comunidade Onze Negras foi resultante de dois grandes adventos: a migração de um grupo de homens e mulheres unidos por laços de parentesco, netos de ex-escravos e ascendência africana para trabalhar na zona rural no Cabo de Santo Agostinho e o processo de industrialização e crescimento econômico ocorridos no final da década de 60 naquele município. O início da colonização da comunidade se deu no ano de 1940, que foi quando algumas famílias migraram da capital e do interior do Estado de Pernambuco para o Cabo de Santo Agostinho com a intenção de trabalhar nas terras da Usina Santo Inácio. Nessa época, toda região era utilizada para o cultivo de cana-de-açúcar, necessitando de mão-de-obra para plantio, irrigação e corte de cana (LIMA, 2007).

De acordo com os netos e filhos desses trabalhadores rurais, esse período foi o mais crítico, pois além da exploração do trabalho, eles relataram as condições precárias de moradia, a obrigatoriedade e superfaturamento dos produtos vendidos nos barracões e as tiranias dos apontadores da usina.

Foi dessa maneira, que em meio às plantações de cana-de-açúcar se formou uma pequena comunidade composta por negros remanescentes da escravidão no Cabo de Santo Agostinho. Essa comunidade foi fundada no Engenho Trapiche, nas imediações onde hoje está instalada a Fábrica AmBev, indústria especializada na produção de bebida alcoólica.



**Figura 10:** Comunidade Quilombola Onze Negras – PE. Foto: Elielton Albuquerque (2009).



**Figura 11:** Residência da comunidade. Foto: Elielton Albuquerque (2009).

Lima (2007) conta que com o passar dos anos as famílias que residiam na região se casaram entre si, originando três grandes famílias: a do Sr. Manoel José da Silva e da Sr<sup>a</sup>. Antônia Maria da Silva, a do Sr. Paulino Luiz da Silva e da Sr<sup>a</sup>. Antonieta Maria da Silva e a do Sr. Manoel Marques da Silva e da Sr<sup>a</sup>. Severina Marques da Silva. Essas famílias moraram no engenho trapiche por mais de 30 anos. Porém em virtude da instalação do Complexo Industrial e o desenvolvimento econômico no Cabo de Santo Agostinho, no final da década de 60, foi necessária a abertura da rodovia federal que interliga o município à capital. Isso obrigou as famílias a desocuparem as terras da Companhia de Revenda e Colonização. Nesse processo de desocupação, os moradores receberam uma indenização do Governo do Estado a qual poderia ser realizada através do pagamento em dinheiro ou por meio da construção de uma casa para cada família no local que elas escolhessem. As três principais famílias anteriormente citadas decidiram comprar para cada uma, um lote de terra nas áreas mais distantes, onde foi construída a rodovia, mais ainda nos limites do Engenho Trapiche, e com o valor da indenização

negociaram com o apontador da usina para que ele construísse uma casa para cada família.

Foi dessa maneira, que a comunidade quilombola do Cabo de Santo Agostinho comprou suas terras, vivendo uma realidade diferente de outros povos remanescentes de quilombo existentes no Brasil que ainda lutam pela posse das terras onde vivem e viveram seus antepassados.

Todavia, esse agrupamento de pessoas ainda não era conhecido como Comunidade Onze Negras. Tudo isso porque, ao longo dos anos, a comunidade recebeu vários nomes. O primeiro foi *Burrama*. Contam os mais velhos que um trabalhador rural, acompanhado pelo seu filho, carregava cana-de-açúcar em uma burra. Durante o trabalho, o animal não resistiu ao peso e tombou, ao cair, perfurou a barriga com a ponta da cana. Assustada, a criança saiu correndo, e, como não sabia pronunciar a palavra burra, gritava: - a burrama morreu, a burrama morreu. Daí a origem do termo. O segundo foi *Pista Preta*. Esse nome foi usado devido ao piche, produto químico muito utilizado nas estradas e rodagens da localidade. Somente em 1999, ano de fundação da Associação dos Moradores, Pequenos Produtores Rurais e Quilombola Onze Negras do Engenho Trapiche - AMPRUQUION, foi que a comunidade passou a ser chamada *Onze Negras*. Este nome lhe foi atribuído em função da homenagem prestada ao time de futebol Onze Negros, que por sua vez, faz referência aos onze jogadores negros da equipe.

Após trinta e nove anos da transição da comunidade para as terras que são proprietárias, muitas coisas mudaram. A cada ano o número de membros vem aumentando e a estruturação e organização da comunidade não acompanham esse crescimento. Estima-se que hoje existam 486 famílias (LIMA, 2007).



**Figura 12:** Imagem de satélite da área da Comunidade Quilombola Onze Negras. Fonte: Google Earth (2011).

No que se refere a religião, podemos dizer que no período da sua fundação a religião predominante era o Catolicismo. A primeira igreja frequentada pelos moradores foi a Igreja Nossa Senhora da Saúde, hoje conhecida como Igreja de São Francisco Xavier, construída no século XVIII. Atualmente, o Catolicismo e o Protestantismo são as duas religiões de maior expressão na região, entretanto, o Candomblé é cultuado por alguns moradores.

Quanto ao aspecto socioeconômico, a mão-de-obra local é formada por pedreiros e domésticas, sobrevivem de programas e projetos de geração de emprego e renda da Prefeitura, além da agricultura familiar.

Existem famílias na comunidade que não buscam empregos e renda fora da comunidade, como de fato existem, estas possuem áreas para o plantio de inhame, macaxeira, mandioca, batata-doce, frutas, através da agricultura familiar, bem como para criação de peixes, galinhas, porcos, cabras e cavalos.

A agricultura sustentável é aquela ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente adaptada, que se desenvolve como um processo numa condição democrática e participativa (AQUINO & ASSIS, 2005, p. 37).

A agricultura familiar merece especial atenção pelo seu significado para a saúde humana, pois é responsável por boa parte da produção de alimentos básicos oferecidos à sociedade. Atualmente grande parte dos produtos consumidos no Brasil vem desse tipo de produção. Segundo dados do Censo Agropecuário (1996), a Agricultura Familiar ocupa 30,5% da área total dos estabelecimentos rurais, agrega 77% do total de trabalhadores ocupados na agricultura e representa 38% do valor bruto da produção nacional. Cerca de 67% do feijão, 84% da mandioca e 49% do milho produzidos no Brasil são produtos oriundos da agricultura familiar. (AMARAL, 2008).

Segundo a mesma fonte, dados da Reforma Agrária indicam que, só no estado de Pernambuco, existem, em funcionamento, mais de 260 mil estabelecimentos agrícolas, dos quais cerca de 235 mil são voltados para agricultura familiar, com um total de, aproximadamente, três milhões de hectares.

A estimativa é que a comunidade Quilombola Onze Negras possui 240 hectares de terras. Entretanto, apenas uma pequena parte dessa área é preparada para a agricultura e piscicultura. Devido à falta de recursos, as mulheres vêm discutindo a necessidade de implantação do Programa Nacional de Agricultura Familiar – PRONAF para possibilitar a ampliação da produção e comercialização dos produtos nas comunidades circunvizinhas.

Existe a execução do Projeto Produção Agroecológica Integrada Sustentável – PAIS – desenvolvida pelo Banco do Brasil. Se trata de uma nova alternativa de trabalho e renda para a agricultura familiar. Mas pode ser usada por todo produtor rural que queira melhorar a qualidade da própria produção. Isso porque possibilita o cultivo de alimentos mais saudáveis. Tanto para o consumo próprio quanto para a comercialização.

É agroecológica porque dispensa o uso de ações danosas ao meio ambiente, como o emprego de agrotóxicos (adubo e veneno), queimadas e desmatamentos.

É integrada porque alia a criação de animais com a produção vegetal e ainda utiliza insumos da propriedade em todo o processo produtivo.

É sustentável porque preserva a qualidade do solo e das fontes de água, incentiva o associativismo dos produtores e aponta novos canais de comercialização dos produtos, permitindo boas colheitas agora e no futuro.

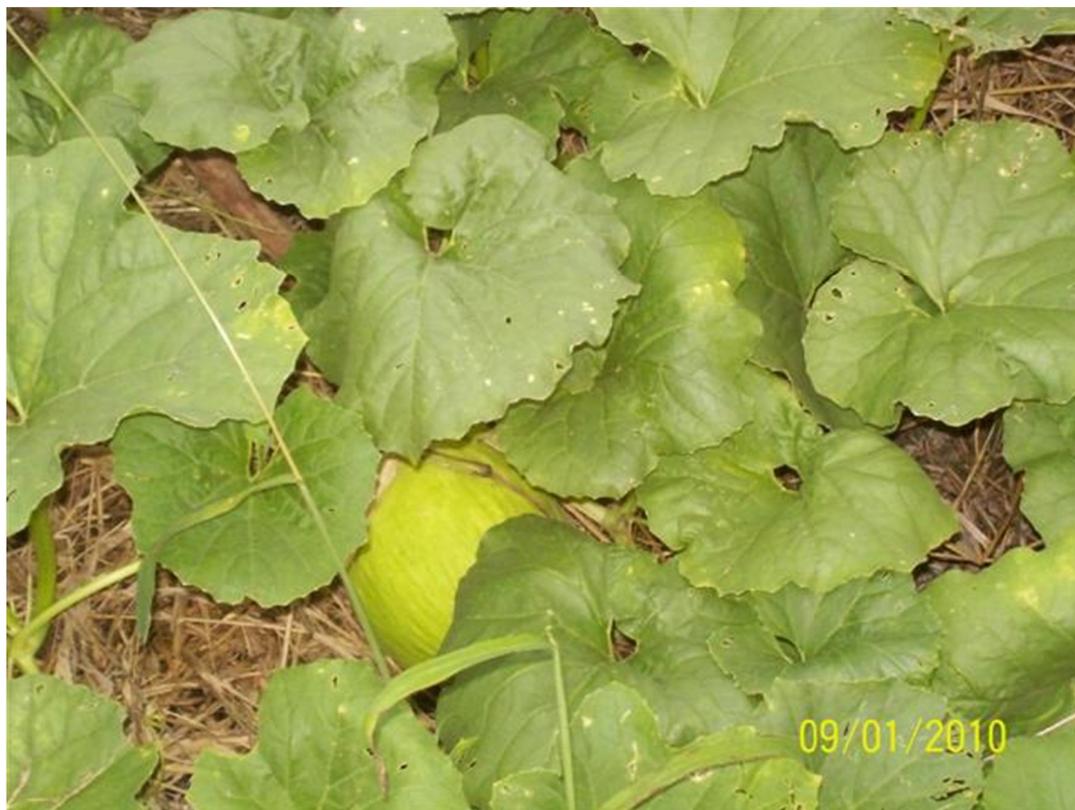


**Figura 13:** Projeto PAIS. Foto: Elielton Albuquerque (2010).



**Figura 14:** Galinheiro do Projeto PAIS. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

As culturas existentes na área contemplam batata-doce, milho, feijão, jerimum, pepino, melancia, macaxeira, beterraba, cenoura, coentro, alface, dentre outras. Mas dentro da comunidade, não existem agricultores que vivem apenas da agricultura, todos eles possuem outra atividade, para complementar a renda familiar.



**Figura 15:** Cultura de ciclo curto: Melão. Foto: Elielton Albuquerque (2010).



**Figura 16:** Cultura de ciclo de curto: Beterraba. Foto: Elielton Albuquerque (2010).



**Figura 17:** Cultura de ciclo curto: Melancia. Foto: Eielton Albuquerque (2010).



**Figura 18:** Cultura de ciclo curto: Jerimum. Foto: Eielton Albuquerque (2010).



**Figura 19:** Cultura de ciclo curto: pimentão. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

Continuando a caracterizar a comunidade Onze Negras, seguem algumas formas de organização social/popular da comunidade em detalhes:

### *Cultura*

A cultura tradicional da comunidade é muito rica e valorizada. Os moradores prezam muito e a utilizam, para que a mesma não seja esquecida ou desvalorizada pelas novas gerações, o que caracteriza a importância das raízes culturais preservadas de geração em geração.

### *Crendices populares*

São rezas, estórias e superstições que povoam o imaginário social de um povo, caracterizando como conhecimento que é transmitido de geração em geração, através da estória oral.

*Cuidado o diabo está solto:* No dia 24 de agosto se comemora o dia de São Bartolomeu. Os mais antigos relatam que os seus pais os ensinavam que nesse dia o diabo estava solto, livre para matar e levar os homens para inferno. Por esse motivo, obrigavam os seus filhos a ficarem dentro de casa impedindo, inclusive que eles brincassem e frequentassem a escola.

*Cumade Fulôzinha:* Segundo contam os mais velhos, Cumade Fulôzinha são crianças que morreram sem ser batizadas. Por este motivo andam em bando nas matas a procura de pessoas ou animais para maltratar. Os caçadores da época contam que ela, na maioria das vezes, não é vista pelos humanos, mas os animais pressentem a sua presença. Ela ainda deixa os cavalos agitados e entrançam os seus cabelos, quando ela aparece aos humanos os deixam desorientados para que se percam na mata. Comentam que para se ver livres dessas almas pagãs, as pessoas devem bater na enxada, como se fosse um sino, e batizá-la em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo.

*Sexta-feira da Paixão:* No período da Quaresma é costume dos moradores mais velhos do Engenho Trapiche se deslocarem até a casa do vizinho para pedir a benção. Neste dia até completar 12h, não é permitido pentear o cabelo, tomar banho, varrer casa, cantar, dançar, ou esboçar alegria ou sentir prazer. Este costume foi transmitido pelos antepassados e é uma forma de se expressar a tristeza, a dor pela paixão e a morte de Jesus Cristo.

### *Danças*

As crianças e adolescente vêm preservando o seu passado histórico participando de oficinas de dança afro que são executadas em dupla, com coreografia guerreira ritmada com bastões de madeira ou facões que se cruzam. É acompanhada por instrumentos de percussão tais como: atabaques e pandeiros.

## *Jogos*

Entre os jogos praticados pelos moradores da Comunidade Onze Negras, a capoeira é o que mais se destaca esta também é desenvolvida através do Projeto Atos vinculado pela Organização Não-governamental – ONG “Tortura Nunca Mais”. O envolvimento das crianças com as rodas de capoeira e percussão favorece, além do desenvolvimento psicomotor, a divulgação da arte e a preservação da tradição do seu povo.

## *Artesanato*

A confecção de bonecas de pano é uma prática realizada desde os mais antigos, as mães confeccionavam para as filhas, já que não podiam comprar brinquedos. Hoje em dia existem oficinas que trabalham com essa técnica. Existe ainda uma oficina para confecção de vassouras de piaçava com os jovens, na busca de geração de renda.

## *Culinária*

A culinária tem seu lugar garantido na indicação da identidade étnico-racial e cultural de um povo. Comidas como feijoada, cuscuz, xerém, angu são contribuições à culinária brasileira deixada pelos negros africanos remanescentes de quilombo no país.

## *Ervas Medicinais*

A cura de doenças e infecções através das plantas é um conhecimento acumulado por diversos povos ao longo dos séculos. Os remanescentes de quilombo do Cabo de Santo Agostinho aprenderam, desde cedo, com os seus pais, e a partir do contato com a natureza, o poder curativo das plantas.

Durante visitas a comunidade Onze Negras, constatamos a diversidade de ervas, raízes com indicação terapêutica, além dos seus múltiplos usos. Alguns exemplos dados pela própria comunidade são: Colônia, que serve para

congestionamento nasal; folha do abacate que serve para problemas renais; hortelã para pressão arterial alta; acônito para febre; sabugo para tosse; penicilina para inflamação; mangará de banana para tosse e alergia, dentre outras.



**Figura 20:** Centro Cultural na Comunidade. Foto: Eielton Albuquerque (2010).

## *CAPÍTULO 4*

*Conflitos socioambientais em comunidades  
tradicionais*

#### 4. CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS EM COMUNIDADES TRADICIONAIS

---

*“Disputava com os pássaros os alpendres da pindoba repartia com os rios as pedras macias do leite bebia com o vento o licor da liberdade”.*

*“Que podem os filhos do mato diante de tanta aflição? As cercas da liberdade vermelhos limites da raiz negra do sangue”. (VASCONCELOS, 2003:69)*

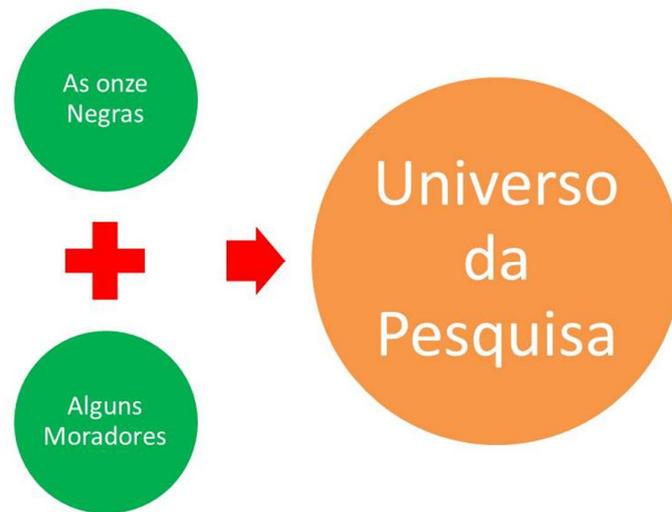
##### 4.1 Conflitos socioambientais existentes

A partir desse momento, como ponto de partida serão buscados diferentes saberes, as experiências, as expectativas e os problemas existentes, criando um vínculo do processo com a realidade do educando em sua prática social para vir a ser transformada.

Consequente o levantamento das características principais da comunidade quilombola Onze Negras, utilizamos além da observação direta, algumas conversas informais com as Onze Negras (representando a comunidade) para realização do diagnóstico ambiental. Nossos objetivos nessa fase da pesquisa foram:

1. Identificar os principais conflitos apontados pelas Onze Negras da comunidade com relação às questões socioambientais;
2. Observar ações que estivessem relacionadas à sustentabilidade ambiental;
3. Relacionar os conflitos apresentados pela comunidade e os principais atores envolvidos;

Nossos dados estão baseados nas entrevistas feitas com as Onze Negras, representando a comunidade como um todo, além de conversas informais com outros moradores (FIGURAS 21 e 22).



**Figura 21:** Universo da pesquisa. Organizador: Elielton Albuquerque (2010).



**Figura 22:** Conversa informal com a comunidade. Foto: Maria José (2010)

Um ponto que ficou explícito durante a pesquisa, e que se torna uma dificuldade prioritária dentro da comunidade é a falta de renda. Esse problema é apontado por grande maioria dos entrevistados, pois não existem atividades que

viabilizem geração de renda para os moradores da comunidade, diante desta situação é que os moradores buscam trabalho fora da comunidade, partindo para o mercado que atualmente está em crescimento no estado que é a construção civil, muitos dos pais de famílias migram para empregos dentro de empresas ligadas à construção da Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica e outros empreendimentos fora os campos abertos com a instalação do Estaleiro Atlântico Sul. Oportunidades estas que passarão, após a conclusão das obras; voltando a deixar de oferecer emprego digno ao morador.

A agricultura familiar utilizada na comunidade, quase que unânime em todas as famílias, não geram o bastante para manter as necessidades essenciais de uma família. Muitas dessas famílias utilizam dessa agricultura para própria subsistência.

O problema maior da agricultura familiar é a falta de assistência a comunidade, pois o PAIS foi implantado, mas não houve uma orientação correta de como trabalhar as atividades, nem ao menos um acompanhamento para identificar como se processam as atividades após implementação do projeto.

Outro ponto forte com relação à problemática da comunidade citada pelos moradores é a questão das queimadas descontroladas *“Agente respira através da natureza”*. (Sujeito 2, 2010), desmatamento de empresas que estão sendo instaladas ao redor da comunidade, *“o que mais sentimos falta aqui, são das árvores”*. (Sujeito 1, 2010), pois tanto antigamente, como atualmente, estes problemas existem em grande quantidade, gerando uma perda muito grande *“Se acabar com as árvores não sei o que vai ser da gente”*. (Sujeito 3, 2010), pois eles consideram as árvores de grande importância para comunidade *“Os meninos andam com pé no chão e não ficam doentes, são as árvores”*. (Sujeito 4, 2010).



**Figura 23:** Vegetação na comunidade. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

Há uma reclamação grande por parte dos moradores no que concerne a uma fábrica instalada nas mediações da comunidade (FIGURA 24), que segundo alguns moradores geram uma poluição atmosférica enorme, contribuindo para a manifestação de doenças respiratórias entre os moradores. Além da poluição atmosférica oriunda das obras de terraplenagem para implantação de outras empresas nas mediações da comunidade (FIGURA 25).

“A dinâmica das sociedades modernas, constituídas com o desenvolvimento do capitalismo, centra-se na importância que nelas assumem os processos de industrialização e de urbanização. Pode-se perceber o desaparecimento das sociedades rurais e a agricultura tornando-se mero campo de investimento do capital, além da decomposição do campesinato, com o camponês se tornando agricultor. Não mais como um modo de vida, mas uma profissão de um cidadão, como outro qualquer” (GEHLEN, 2006:6,7).



**Figura 24:** Empresa instalada nas mediações da comunidade. Foto: Elielton Albuquerque (2010).



**Figura 25:** Terraplenagem para implantação de novas empresas no entorno da comunidade. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

Existe também o problema do resíduo, pois os moradores relatam que não existe coleta de resíduos na comunidade, pois o caminhão não chega até eles, o que dificulta esse processo, a coleta é realizada por meio de um carro de mão.

De acordo com alguns moradores, já houve diversas reclamações por parte da comunidade junto à Prefeitura Municipal, mas o problema ainda persiste.



**Figura 26:** Resíduos destinados de maneira inadequada. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

Outro fato observado, e apontado nas entrevistas pelos moradores, é a realização de uma terraplenagem no território da comunidade, para a instalação de galpões empresariais, fato este, que vem contribuindo para diminuição da área da comunidade, pois o processo a medida que vai avançando resultará na invasão da comunidade como mostra as figuras 27 e 28.

A comunidade já denunciou as atividades que estão em andamento dentro da comunidade, tentando interromper com as obras que seguem, mas nada ainda foi feito diante do exposto.

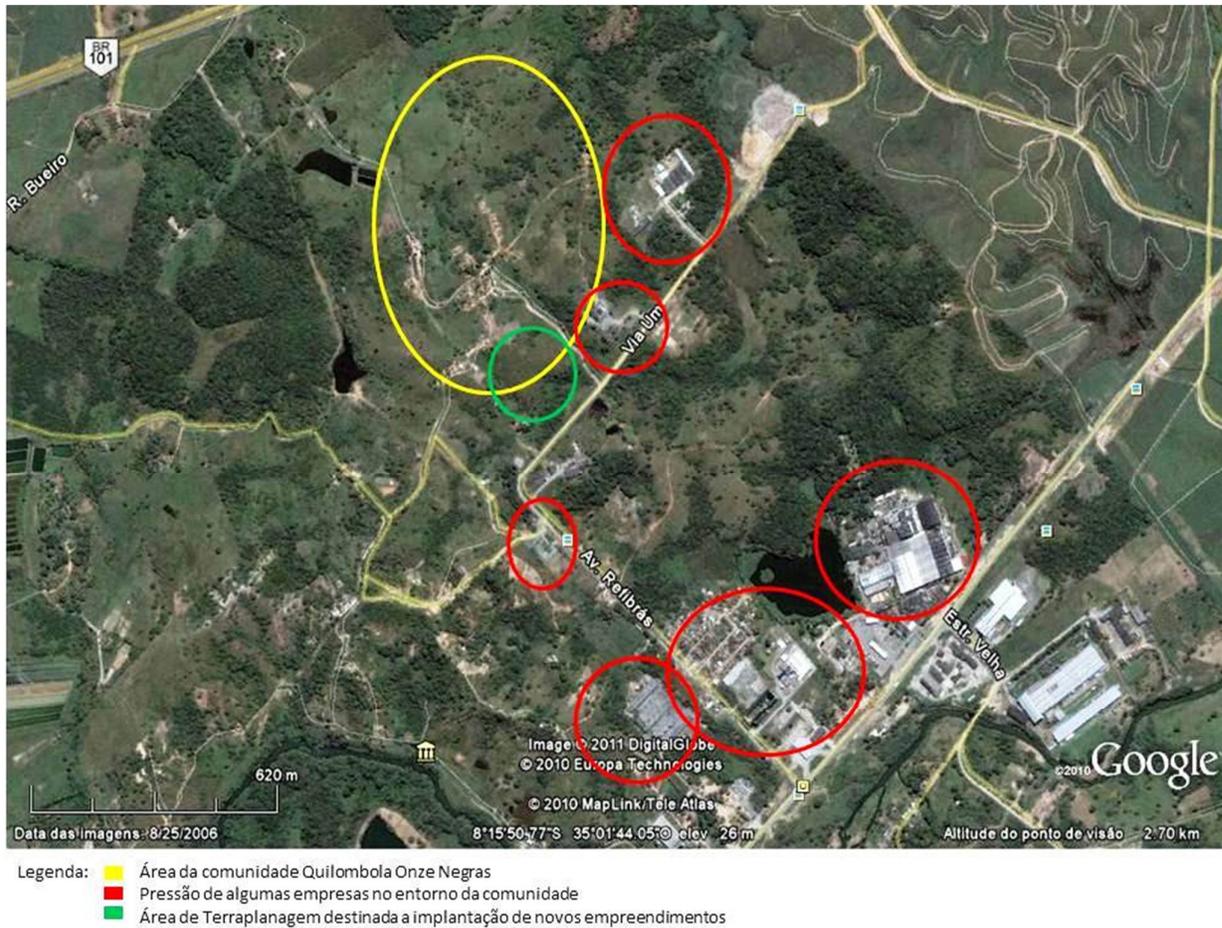


**Figura 27:** Terraplenagem na área da comunidade. Foto: Eielton Albuquerque (2010).



**Figura 28:** Terraplenagem na área da comunidade. Foto: Eielton Albuquerque (2010).

Com essa identificação tornou-se claro quais os principais conflitos existentes na área. A figura 29 mostra alguns desses conflitos de maneira mais ampla.



**Figura 29:** Pressão das empresas no entorno da comunidade. Fonte: Adaptado de Google Earth (2011).

De acordo com o que se viu e coletou-se em dados, imagens e conversas informais, os principais conflitos socioambientais pertinentes apontados pelas Onze Negras estão descritos na Figura 30:



**Figura 30:** Descrição dos conflitos socioambientais apontados pela comunidade. Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

Segundo a entrevista utilizada como subsídio para esta pesquisa, foram levantadas questões que foram além da identificação dos conflitos, mas atentou também para questões tais como: atores envolvidos, situação atual do conflito, tempo de existência do conflito, e principais soluções viáveis para resolução destes conflitos.

Com relação aos atores envolvidos nos conflitos, alguns moradores foram inclusos nessa etapa, não deixando de haver também atores externos a comunidade como poderemos observar na Figura 31.



**Figura 31:** Atores envolvidos nos conflitos socioambientais. Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

Alguns destes conflitos identificados existem desde que a comunidade surgiu como é o exemplo do acesso a comunidade e falta de transportes, outros a cerca de 40 e 50 anos como é o caso das queimadas descontroladas, desmatamento e das tubulações subterrâneas que passam no território da comunidade. Mais existem também conflitos recentes como o caso dos resíduos, que segundo uma das Onze Negras, começou a se demonstrar um conflito quando a população vem aumentando a cerca de 3 anos atrás, as novas empresas se instalando e realizando terraplenagem a alguns meses, dentre outros.

#### *4.2 Participação social na mediação dos conflitos*

Na configuração dos conflitos socioambientais a participação social é um elemento essencial, pois dinamiza tanto processos de confronto como processos

de consenso em torno de elementos de disputa. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a participação tanto pode ser um “instrumento de tecnologia social” para a neutralização de conflitos reais e potenciais e democratização do Estado para uma “gestão socioambiental sustentável”, ou um processo de luta social por justiça ambiental que se configura em movimentos sociais. Tanto um quanto outro refletem vários aspectos relacionados à ação do Estado que cria espaços dinâmicos de negociação ou arenas de disputas a partir das forças sociais que o pressionam. Portanto, antes de se abordar os aspectos relacionados à participação social no contexto dos conflitos socioambientais, torna-se necessário discutir, mesmo que brevemente, o entendimento conceitual do Estado diante das forças sociais que influenciam suas ações (SILVEIRA, 2010).

Engels (1985) foca que o Estado com suas diferentes formas de atuação sempre priorizou os interesses da classe dominante. O Estado escravocrata tendia a conservar a submissão do escravo; O Estado feudal procedia da essência da nobreza para sustentar seus privilégios a partir da sujeição dos servos camponeses; hoje, o Estado capitalista estabeleceu-se como instrumento para que o capital pudesse explorar o trabalho assalariado e a natureza dentro de uma base jurídica e ideologicamente legítima.

O Estado apesar de ser um instrumento de dominação de classe, não está a serviço exclusivo de uma determinada classe. Com seus conteúdos e procedimentos estatais, ele busca dar respostas às relações contraditórias existentes nos interesses das classes sociais, servindo também como um instrumento de luta entre elas. Nesse sentido, o Estado não é absolutamente autônomo e, portanto, possui uma autonomia relativa por ter suas ações motivadas por forças sociais que dele se utilizam para lutar por seus interesses (POULANTZAS, 1977; GEHLEN, 1993).

Relacionando essa ideia aos conflitos socioambientais, as configurações políticas e jurídicas dos conflitos dentro da “arena” do Estado só acontecem mediante a participação social dos atores que se sentem ameaçados quanto à perda de seus direitos fundamentais (ACSELRAD, 1992).

Essa participação pode acontecer no mínimo de duas formas, dependendo das oportunidades e restrições políticas existentes em determinado contexto de disputa. Ela pode se dá mediante cooperação e estabelecimentos de consensos em torno de um projeto político mediado pelo Estado, ou através de movimentos

sociais, que na luta por seus direitos, estabelecem confrontos políticos contra elites, autoridades e opositores dos mais diversos. Em todo caso, o Estado sempre será um palco privilegiado para tais processos de participação social (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005; TARROW, 2009).

Não obstante, é importante destacar o papel do Estado diante de tais processos de conflito e participação social. Segundo Gehlen (1993) a ação estatal em direção aos conflitos e às suas formas de participação social, especialmente diante dos movimentos sociais pode se dar de três maneiras: 1) Integração ou socialização, onde o Estado absorve o conflito regularizando juridicamente os embates levantados pelos movimentos sociais para garantir legalmente os direitos reivindicados. 2) Repressão ou exclusão, onde o Estado reprime os movimentos sociais de forma direta mediante ações administrativas e judiciais, podendo utilizar a força policial ou indiretamente marginalizando os movimentos através de disseminação ideológica. 3) Trivialização ou neutralização, onde o Estado apenas observa os movimentos sociais abstendo-se de tomar medidas, porém, podendo tomá-las a qualquer momento ou num futuro mais adiante.

Segundo Silveira (2010), A participação social como instrumento de cooperação e gestão socioambiental está fundamentada ideologicamente nas concepções vigentes de desenvolvimento sustentável, onde a ideia de uma conciliação entre os interesses econômicos, ecológicos e sociais ocupa lugar central.

Nessa ideia prevalece a crença que os conflitos socioambientais podem ser resolvidos por uma gestão do diálogo entre os atores com a finalidade de alcançar o consenso. Tal política de gestão dispõe de técnicas e estratégias voltadas para o atendimento da premissa da “participação”, onde os problemas ambientais e sociais são entendidos como meros problemas técnicos e administrativos, passíveis de medidas mitigadoras e compensatórias (ZHOURI; LASCHEFSKI; PEREIRA, 2005).

Essa gestão do diálogo na busca do consenso, segundo os autores acima citados, tem como finalidade adequar o meio ambiente e a sociedade ao crescimento econômico. A partir de então, os problemas sociais e ambientais são tratados instrumentalmente e passíveis de negociação entre atores.

Outro viés de participação social nos conflitos socioambientais é o do processo de luta pela conquista de direitos, também denominado por Guha e Martinez-Alier

(1996) de “ambientalismo dos pobres” ou “luta pela justiça ambiental”, uma concepção encontrada em Acselrad (2004).

Nesse viés os conflitos socioambientais são fortemente evidenciados e tomam forma através de movimentos sociais que procuram dar caráter público a direitos ameaçados e às injustiças ambientais. As injustiças ambientais ocorrem quando se destina, a certos grupos sociais desfavorecidos - tanto pelas políticas quanto economicamente – uma carga de responsabilidade bem maior do que aquela que lhes caberia. Especialmente quando se considera os danos causados no meio ambiente devido à busca do desenvolvimento econômico (ACSELRAD, 2004; NUNES, 2010).

A participação social da comunidade pode ser observada e interpretada por diversos lados, há uma participação ativa dos moradores, principalmente pela liderança comunitária existente, não apenas em organizações internas, mas também externas que pode ser melhor entendida através da Figura 32.



**Figura 32:** Formas de participação social da comunidade quilombola Onze Negras. Organizador: Elielton Albuquerque (2010).

Algumas formas de participação social da comunidade foram observadas durante o caminhar da pesquisa, uma delas foi a atuação da comunidade através da mídia, denunciando a falta de apoio quanto a única escola que a comunidade possui, que estava em estado de decadência (FIGURA 33).



**Figura 33:** Escola na comunidade no início da pesquisa. Foto: Elielton Albuquerque (2010).

A Comunidade procurou a mídia, e com a força e participação de todos, conseguiram que a escola fosse reformada, e nos dias atuais ela funciona normalmente atendendo as crianças da comunidade, após uma reforma (FIGURAS 34 e 35).



**Figura 34:** Escola Reformada no desenvolver da pesquisa. Foto: Elielton Albuquerque, 2010.



**Figura 35:** Escola que atende as crianças da comunidade. Foto: Elielton Albuquerque, 2010.

No que diz respeito às perspectivas para o futuro, a comunidade pensa muito no futuro das árvores, pois com o desmatamento atual, temem a eliminação das árvores frutíferas existentes no local, pois citam até o caso de uma jaqueira que existia no centro da comunidade e foi marcante na infância da comunidade, era onde sempre se reuniam, mas hoje não existe mais. Não queriam que acabassem de vez com a oportunidade de ter comida plantada ao invés de comprada.

A modificação da paisagem é outro fato que preocupa muito os moradores, pois desde o início da comunidade, a paisagem foi grandemente modificada, e vem sendo mudada gradativamente, com o crescimento da população, relocação da mesma para implantação de indústrias. Eles se dizem invadidos por essas empresas, que tomam as áreas da comunidade, o seu território. Antigamente havia o medo de agir frente as problemáticas que surgiam, pois as pessoas não tinham tanto conhecimento dos direitos reservados aos quilombolas, diferente dos dias atuais, que cada um busca sua identidade e seus direitos.

Existe a ideia de implantação de um reflorestamento de algumas áreas degradadas dentro da comunidade, que seja feita com as crianças e adultos da própria comunidade, visando restabelecer algumas espécies perdidas com o desmatamento, e a consciência ambiental dos membros da comunidade.

Com relação ao resíduo, a comunidade pensa que seria viável a instalação de um coletor na comunidade, para que os moradores depositassem seus resíduos, visando centralizar essa coleta, contribuindo para uma gestão correta dos resíduos.

Com relação à agricultura, visam um melhor acompanhamento de projeto já implantado, o PAIS, para que dêem um apoio na manutenção e desenvolvimento da horta.

## *CONSIDERAÇÕES FINAIS*

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto durante este trabalho, se fazem necessárias algumas considerações acerca das ideias e conceitos abordados, bem como os resultados encontrados no caminhar da pesquisa.

A pesquisa de um modo geral, constatou como a Comunidade Quilombola Onze Negras vem tendo seu território ameaçado através da invasão de empresas no seu entorno, influenciando no seu espaço, concretizando o que Lefebvre (1991) e Santos (2006) destacam acerca da constituição do espaço e de seu processo social de produção, bem como Haesbaert (2005) que afirma O território, como espaço dominado e/ou apropriado, manifesta hoje um sentido multi-escalar e multidimensional que só pode ser devidamente apreendido dentro de uma concepção de multiplicidade, de uma multiterritorialidade.

Quando falamos em território, levamos a identidade de uma comunidade, que está intrinsecamente ligada ao conjunto de relações sociais estabelecidas pelos membros da mesma. Santos (2008), afirma que o território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais.

O processo de “modernização” da comunidade acarretou em perdas significativas, não apenas no campo material, mas a cultura que foi agregada ao território, a energia desprendida na construção daquele local, o modo de vida estabelecido entre os moradores que foram penalizados pelo processo de expansão do capital, processo esse, que vem crescendo de modo ascendente, o que vem nos mostrar a falta de políticas públicas e de reconhecimento desses povos tradicionais, e de valorização do seu espaço.

A identidade da comunidade vem sendo preservada pela continuidade que os próprios moradores possuem em preservar tal conceito. Muitas maneiras de mudanças chegam de diversas formas, contribuindo para que essa identidade seja perdida, ou desvalorizada, mas pela perseverança de alguns membros isso não ocorre, pois os mesmos prezam pela identidade quilombola presente em toda comunidade.

Quando falamos em lugar, podemos concluir nesta pesquisa, seguindo os preceitos de Carlos (1996) que no processo valor de uso-valor de troca, à

prevalência da troca sobre o uso, com isso o uso distancia-se do valor de uso e de troca cujo conflito atinge seu ápice quando o espaço torna-se objeto que se compra e vende e reproduz-se enquanto tal. Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão diante da cidade que se transforma com incrível rapidez, eliminando as referências do lugar que diz respeito, diretamente, à sua vida e onde se reconhece enquanto habitante de um lugar determinado.

A relação entre “espaço abstrato” (espaço concebido e planejado para a produção industrial) e o “espaço social” (dos múltiplos usos da comunidade, que vêm perdendo ao longo dos anos a capacidade produtiva e suas terras) produz na cotidianidade conflitos sociais de várias ordens, inclusive o socioambiental, produzindo diversos “espaços diferenciais” que se opõem ao “espaço abstrato” que busca impor continuamente sua ideologia de organização espacial em favor dos interesses do Estado e da classe capitalista.

Nesses “espaços diferenciais”, geradores destes conflitos sociais, formas de participação social e de apropriação alternativa do espaço se apresentam demonstrando as contradições do “desenvolvimento” socioeconômico e “ambiental” no contexto do capitalismo e do Estado desenvolvimentista.

Como afirma Silveira (2010) Esses casos de conflito socioambiental evidenciam que existem políticas socioambientais que atendem à classe capitalista legitimando seus empreendimentos causadores de poluição e impactos ambientais. Essa legitimação se dá através de processos burocráticos e legais (licenciamento ambiental, avaliação de impactos ambientais, EIA/RIMA, etc.).

Os conflitos existentes são inúmeros, e a população conhece cada uma deles, e quais são suas fontes geradoras, pois ninguém melhor que eles, conhecem o lugar onde vivem, e como são invadidos.

A comunidade elencou os principais conflitos socioambientais existentes, o público-alvo da pesquisa foram as Onze Negras, e através delas, pudemos trabalhar com seis principais conflitos: Disposição incorreta dos resíduos, queimadas/desmatamentos, instalação de novas empresas no entorno da comunidade, poluição atmosférica, precariedade no acesso à comunidade e tubulação existente dentro do território da comunidade. Também conseguimos identificar quais os principais atores envolvidos em cada um desses conflitos e como cada um deles estavam atualmente. Verificamos que muitos destes conflitos existem há anos, apesar da luta dos moradores, o poder e o crescimento

urbano/industrial tomam poder maior, quando o assunto é a resolução desses conflitos, confirmando a visão antropocentrista destacada por Philippi Jr *et al* (2004) quando fala que as relações do ser humano com o mundo natural foram determinadas pelas mais diversas concepções, que, em geral, focalizam o homem como elemento extrínseco ao meio ambiente e superior a ele. Em particular a concepção antropocentrista pretendeu dar ao ser humano poderes ilimitados e inquestionáveis sobre o planeta Terra.

Neste sentido, podemos apontar também a visão de Fuks (1998) onde fala da existência de disputas localizadas que apontam para uma universalidade socialmente construída, que pode privilegiar determinados grupos sociais em detrimento de outros.

Neste contexto, Theodoro (2005) foi feliz ao afirmar que a mediação de conflitos e a gestão de interesses estão na ordem do dia. Devendo se referenciar no interesse público e na busca da humanidade por soluções, o que não será atendido com escolhas de caráter exclusivamente econômico, político ou mesmo ecológico. O enfrentamento de crises futuras possui vínculos diretos com medidas e opções atuais. Essa visibilidade tanto social como política se dá mediante processos de participação social que se tornam elementos de configuração dos conflitos socioambientais.

A participação social na comunidade foi abordada e enfatizada nesta pesquisa de maneira abrangente, pois todos os membros/moradores atuam da maneira que lhes é cabível, na resolução dos conflitos socioambientais. Inúmeras formas de participação social são presentes dentro da comunidade, o que demonstra que eles conhecem seus direitos e lutam pelo seu espaço.

A ideologia do crescimento econômico para a classe dominante sobrepõe os direitos do ser humano em conviver no espaço como um produto social, predominando no referencial empírico da pesquisa, o espaço como meio de controle e instrumento de dominação e poder (LEFEBVRE, 1991b).

Para alguns pesquisadores o estudo dos conflitos socioambientais trata de uma visão política por ser possível, através dele, demonstrar as injustiças socioambientais do “desenvolvimento” econômico e tecnológico capitalista. Os atores que, por estarem em situações inferiores, não vêm tendo a oportunidade de expor suas preocupações, angústias e sofrimentos reconhecidos pelo Estado nem

muito menos pelos seus dirigentes que estão cientes dos riscos socioambientais que estão provocando a populações como a pesquisada.

A contribuição desta pesquisa norteia o fato de que os conflitos socioambientais devem fundamentar-se na mobilização política dos atores sociais contra a injustiça e a adversidade a que estão submetidos. Ao evidenciar as injustiças socioambientais, pesquisas desta natureza demonstram que o capitalismo apesar da modernização que trouxe à sociedade e de incorporar muitas vezes no seu discurso a “sustentabilidade” ainda está muito distante dos pressupostos humanos do verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Dentro dessa perspectiva podemos trazer Diegues & Viana (2000) quando nos falam do “envolvimento sustentável” que deve reverter o distanciamento do homem em relação à natureza. Ao envolver as sociedades com os ecossistemas locais, são fortalecidos os vínculos econômicos, sociais, espirituais, culturais e ecológicos. Criam-se condições favoráveis para uma lógica diferente daquela que hoje predomina e tem produzido o aumento da miséria e da degradação ambiental.

Diante do exposto nesta pesquisa, se reconhece que a mesma não dá conta da dinâmica vivida pela comunidade em toda sua complexidade, abrindo desta forma possibilidades para realização de novos estudos.

## *REFERÊNCIAS*

## 6. REFERÊNCIAS

---

- ACSELRAD, Henri. Apresentação. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- ACSELRAD, Henri. **Cidadania e meio ambiente**. In: ACSELRAD, Henri (org.). Meio ambiente e cidadania. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), 1992. pp. 18-31.
- ACSERALD, H. (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. 296 p.
- ACSELRAD, Henri. Introdução à questão metodológica. In: IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas). **Conflitos sociais e meio ambiente: desafios políticos e conceituais**. Rio de Janeiro: IBASE, 1995.
- ALBUQUERQUE, Elielton Alves de. **Comunidades tradicionais e a sustentabilidade ambiental**. Monografia de Especialização – DLCH – UFRPE. 2010.
- ALMEIDA, Rosemeire A. *A geografia da prática de Ariovaldo e o campesinato: uma homenagem*. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder**. FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano. **Por uma Sociologia dos Conflitos Ambientais no Brasil**, mimeo, trabalho preparado especialmente para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da Clacso – Rio de Janeiro, 22 e 23 de novembro de 2000.
- AMARAL, Hannah Stella Gonçalves do. **A Contribuição da Educação Ambiental no processo de conversão agrícola: Estudo de caso no Assentamento Pedro Inácio – Nazaré da Mata - PE**. Monografia – IFPE. 2008.
- ANDRADE, M. C. de . Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In SANTOS *et al* (org.) **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITE, 1998.
- AQUINO, Adriana Maria de. ASSIS, Renato Linhares de. Editores Técnicos – **Agroecologia: Princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável**. Brasília, DF: Embrapa, 2005.
- BARBANTI JR, O. **Conflitos socioambientais: teorias e práticas**. Curitiba Universidade Federal do Paraná, 2006. Tese de Doutorado.
- BARROS, André Paulo de ; SILVEIRA, Karla Augusta ; GEHLEN, Vitória Régia Fernandes . **Produção do espaço e os conflitos socioambientais na gestão do território**. In: Colóquio Internacional Ano da França no Brasil, 2009, Recife. Anais. Colóquio Internacional Ano da França no Brasil, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.
- BUARQUE, C. **A cortina de ouro: os sustos do final do século e um sonho para o próximo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- CARVALHO, I. C. M. Educação, meio ambiente e ação política. In: ACSELRAD, H. (org.). **Meio Ambiente e Democracia**. Rio de Janeiro: IBASE, 1992.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Edna. **Território, Biodiversidade e saberes de Populações Tradicionais**. In DIEGUES, Antonio Carlos. (Org). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000. p. 165 -180.

CATAIA, M. Territorialidade estatal e outras territorialidades: novas formas de uso dos territórios na América Latina. *Conflitos, Desafios e Alternativas*. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1º de Agosto de 2008, Vol. XII num.270 (99). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-99.htm> [ISSN: 1138-9788]. Acesso: 12 agosto 2010.

CHARON, Joel. M. **Sociologia**. Tradução Laura Teixeira Mota. São Paulo: Saraiva, 1999.

COSTA, Geraldo Magela. *A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana*. In: LIMONAD, Ester. **Entre a Ordem Próxima e a Ordem Distante: contribuições a partir do pensamento de Henri Lefebvre**. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia, UFF, Universidade Federal Fluminense, 2003. Disponível em: <http://www.uff.br/posgeo/ester.pdf>. Acessado em: 09 Maio 2009.

D' ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo: racismos e anti-racismos no Brasil**. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª edição. São Paulo : Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2001.

DIEGUES, Antonio. C.; ARRUDA, Rinaldo. S.V. (Orgs). **Saberes Tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1990.

DIEGUES, Antonio C. VIANA, Virgílio M. (Orgs). **Comunidades Tradicionais e Manejo dos Recursos Naturais da Mata Atlântica**. São Paulo, 2000.

ENGELS, Frederic. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. Disponível em: [http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m\\_a\\_txt4.html](http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html). Acesso em: 20 outubro 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERNANDES, Bruno Diniz. Consciência coletiva, identidade negra e cidadania: uma perspectiva pós-colonial para as construções sociais no Brasil. **Revista África e Africanidades** – Ano 3 – n. 11, novembro de 2010. Disponível em: [http://www.africaeafricanidades.com/documentos/01112010\\_10.pdf](http://www.africaeafricanidades.com/documentos/01112010_10.pdf). Acesso: 15 outubro 2010.

FERREIRA, Lúcia da Costa. Conflitos sociais e uso de recursos naturais: breves comentários sobre modelos teóricos e linhas de pesquisa. **Política e Sociedade**. n.7, outubro, 2005, pp. 105-118.

FERREIRA, Álvaro. A produção do espaço: entre dominação e apropriação. Um olhar sobre os movimentos sociais. **Scripta Nova**. Revista Eletrônica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 01 de agosto de 2007, vol. XI, núm. 245 (15). Disponível em: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24515.htm>. Acesso em: 09 Maio 2010.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: oo quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FUKS, M. **Arenas de Ação e Debate Públicos: Conflitos Ambientais e a Emergência do Meio Ambiente Enquanto Problema Social no Rio de Janeiro**. Dados, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001152581998000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001152581998000100003&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 out 2010.

FUCKS, M. Arenas de Ação e Ação e debates Públicos: Os conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: O Autor, IUPERJ, 1997.

GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Negotiating with the state: the struggle of a low-income community for housing in Recife – Brazil.** London: University of London, 1993 (Tese de Doutorado).

GEHLEN, Vitória Régia Fernandes. **Do rural ao urbano: A conversão do uso da terra na zona da mata sul de Pernambuco.** CNPQ, 2006.

GIDDENS, A. **O estado-nação e a violência.** São Paulo: EDUSP, 2001, 384p.

GIULIANI, Gian Mario. A questão ecológica, a indústria, e capitalismo. In: **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas.** Campina Grande-PB, n 19, 1999, pp.9-15.

GODOY, Paulo. **Uma reflexão sobre a produção do espaço.** Estudos Geográficos, Rio Claro, 2(1): 29 - 42, junho de 2004. Disponível em: [www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm](http://www.rc.unesp.br/igce/grad/geografia/revista.htm). Acesso em: 09 maio 2010

GUIVANT, J.S.. *The theory of world risk society: between diagnosis and prophecy.* Trabalho apresentado no Symposium "Sociological Reflections on Sustainability", Rio de Janeiro: IRSA, agosto, 2000.

GUIMARÃES, Mauro. **A dimensão ambiental na educação.** 5ª ed. Campinas, SP: Papirus, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Território, Cultura e des-territorialização.** In: ROSENDAHL, Zeny.; CÔRREA, Roberto. Lobato. (Orgs). *Religião, Identidade e território.* Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. Disponível em: [http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert\\_multi.pdf](http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf). Acesso: 03 janeiro 2011.

HANNIGAN, J. **Environmental sociology – A Social Constructionist Perspective.** Routledge, Londres, 1995.

HARVEY, David. **Spaces of global capitalism: towards a theory of uneven geographical development.** London. New York: Versos, 2006.

HOEFFEL, J. L.; SORRENTINO, M.; MACHADO, M. K; REIS, J. C. **Trajetórias do Jaguarú – Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo.** Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v1n1/09.pdf>. Acesso em: 01 out 2010.

KUHN, Thomas S. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo, Perspectiva, 1990.

LARRAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Jorge Zahar (editor): Rio de Janeiro, 1993.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A questão ambiental também é uma questão política.** Disponível em: [http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Philippe\\_Layrargues.pdf](http://homologa.ambiente.sp.gov.br/EA/adm/admarqs/Philippe_Layrargues.pdf). Acesso em: 03 out 2010 .

———. Educação para gestão ambiental, a cidadania no enfrentamento político dos conflitos socioambientais. In: LOUREIRO, Carlos Frederico *et al* (orgs). **Sociedade e Meio Ambiente: a educação ambiental em debate.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space.** Oxford: Blackwell, 1991.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução: Lúcia Mathilde Endlich Orth. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

LEFF, Enrique. **Racionalidade Ambiental**. 1ª Ed. Rio de Janeiro, RJ. Ed. Civilização Brasileira, 2006.

LEIS, H. R.; VIOLA, E. J. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo. In: LEIS, H. R. (Org.). **Ecologia e política mundial**. Rio de Janeiro/Petrópolis: FASE/VOZES, 1991.

LIMA, Marcicleide da Cunha. **Onze Negras- Comunidade Quilombola - Cabo de Santo Agostinho – PE**. Prefeitura Municipal do Cabo de Santo Agostinho, 2007.

LITTLE, P. E. Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política. In: BURSZTYN, M. (org.). **A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda, 2001.

———. 1994. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história** 2(4): 5-25. Brasília.

LITTLE, Paul. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade**: Brasília, 2002. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie322empdf.pdf>>. Acesso em 10 novembro 2010.

LOUREIRO, Carlos Frederico B. **Trajatória e fundamentos da educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004.

MACHADO, L. M. C. P. Paisagem valorizada – A Serra do Mar como espaço e lugar. In: DEL RIO, V.; OLIVEIRA, L. **Percepção ambiental : A experiência brasileira**. São Paulo: Nobel, 1996. p. 97-119.

MACHADO, Paulo de Almeida. **Ecologia Humana**. São Paulo: Cortez, 1985.

MAESTRI, Mário. “As comunidades autônomas de trabalhadores escravizados no Brasil”. Versão atualizada do artigo: “Em torno do quilombo”. **História em Cadernos**: Revista do Mestrado em História da UFRJ. n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1984.

MARTINS, Juliana Xavier Fernandes. A importância dos princípios constitucionais ambientais na efetivação da proteção do meio ambiente. **Revista científica ANAP Brasil**, Ano 1, nº 1, Julho de 2008.

McGOODWIN, J.R. **Crisis in the World’s Fisheries: people, problems, and policies**. Stanford, USA: Stanford University Press, 1990.

MELAZO, G.C. A percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. **Olhares & Trilhas** . Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51, 2005.

MENDONÇA, Fernanda Ciandrini de. **O Sujeito Ecológico e o MST**. Recife: o autor, 2007. Monografia - Gestão Ambiental - CEFET-PE.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Introdução: conceito de avaliação por triangulação de métodos. In: MINAYO, M.C.S.; ASSIS, S.G.; SOUZA, E.R. (org.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Fiocruz; 2005. p.19-51.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1994.

MIRANDA, Rosana, B. **Dinâmica de apropriação e saberes comunais dos manguezais e de seus recursos bênticos de interesse econômico no complexo estuarino da Baía de Pranaguá, Paraná.** (Doutorado em Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

MOREIRA, Eliane. Conhecimento tradicional e a proteção. **Revista T&C Amazônia**, Ano V, Número 11, Junho de 2007.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo.** São Paulo: Editora Ática, 1993.

NUNES, Marcos Dias. **A injustiça ambiental.** Mundo Jovem. Ano 48, n. 403, fevereiro de 2010.

OLIVEIRA, Vanessa de. MORTARI, Elisângela Carlosso Machado. **Quilombos Contemporâneos: a memória e o consumo midiático na formação da identidade negra.** UNIrevista. Vol. 1, número 3: Julho de 2006.

OLIVEIRA, Kleber Andolfato de. CORONA, Hieda Maria Pagliosa. A Percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Revista científica ANAP Brasil**, Ano 1, número 1, junho de 2008.

PACHECO, *et al.* **Atores e conflitos em questões ambientais urbanas.** Espaço e Debates, São Paulo, n. 35, 2000.

PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. IN **Geografia Agrária. Teoria e Poder.** FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M.; SUZUKI, J.C. (Orgs). 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e Território no Brasil.** Brasília, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, 2009.

PHILIPPI JR, Arlindo. ROMÉRO, Marcelo de Andrade. BRUNA, Gilda Collet. Editores – **Curso de gestão ambiental.** Barueri, SP: Manole, 2004.

POLLAK, Michael. Identidade Social. In **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

POULANTZAS, Nico. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REIS, João José. Uma história da liberdade. In: REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Liberdade por um fio: história do quilombo no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, L. M. **O papel das representações sociais na educação ambiental.** Dissertação de Mestrado, pela Pontifícia Universidade Católica. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio de Janeiro, 2003.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

ROBINSON, J. *et al.* **Defining a sustainable society. Values, principles and definitions.** In: Alternatives: perspectives on society, technology and environment. vol. 17:2. 1990.

ROCHA, Gabriela de Freitas Figueiredo. **A Territorialidade quilombola resignificando o território brasileiro: uma análise interdisciplinar.** E-cadernos CES – Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: [http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/07%20-%20Gabriela%20Rocha%2023\\_06.pdf](http://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos7/07%20-%20Gabriela%20Rocha%2023_06.pdf). Acesso: 14 outubro 2010.

RONZINI, Veneza M. **Cotidiano Rural e Recepção da Televisão: o caso três Barras.** Dissertação. Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. USP, 1993.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para compreensão dos conflitos sociais no campo. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009. Disponível em: <http://www.campoterritorio.ig.ufu.br/viewarticle.php?id=267>. Acesso: 14 novembro 2010.

SACHS, I. **Estratégias para o século XXI**. In: BURSZTYN, Marcel (org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

SANTILLI, Juliana. **Saberes Locais e Biodiversidade**. In: MOREIRA, Eliane, *et al*, Seminário Saber Local/Interesse Global: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2005.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCHMITT, Alessandra e outros. A atualização do conceito de quilombo: identidade e Território nas definições teóricas. **Ambiente e sociedade**. jan-jun. 2002, n. 10, p. 129-136. ISSN 1414 – 753X. Disponível em: <[http://www.Scielo.Br/scielo.Phb?Script=sci\\_attext&pid=S1414\\_753x200200018&lng=em&nrm=isso](http://www.Scielo.Br/scielo.Phb?Script=sci_attext&pid=S1414_753x200200018&lng=em&nrm=isso)>. Acesso em: 07 março 2010.

SHIVA, Vandana. **“Recursos naturais”**. In: SACHS, Wolfgang (ed.) Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHIVA, Vandana. **Biopirataria – A Pilhagem da Natureza e do Conhecimento**. Tradução de Laura Cardellini Barbosa de Oliveira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SILVA, Sandro José da. **Quilombolas no Espírito Santo: identidade e territorialidade**. Revista DIMENSÕES • vol. 18 – 2006 – UFES. Disponível em: [http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes18\\_SandroJosedaSilva.pdf](http://www.ufes.br/ppghis/dimensoes/artigos/Dimensoes18_SandroJosedaSilva.pdf). Acesso: 08 setembro 2010.

SILVA, Laurileide Barbosa da. **Conflitos socioambientais na praia de Gaibu: a influência do turismo na apropriação do espaço e seus efeitos na luta pela efetivação dos direitos sociais**. Recife: O Autor, 2007, 90 folhas. Dissertação (mestrado). Orientação Vitória Gehlen – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Serviço Social, 2007.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Portuário Industrial de Suape, Pernambuco**. Recife: O Autor, 152 folhas. Dissertação (Mestrado). Orientação Vitória Gehlen – Universidade Federal de Pernambuco. PRODEMA, 2010.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros. Identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder. Autonomia e desenvolvimento. In CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p.77- 116.

SOUZA, Charles Benedito Gemaque. **A contribuição de Henri Lefebvre para reflexão do espaço urbano da Amazônia**. Confins. 2009. Disponível em: <http://confins.revues.org/index5633.html> . Acesso em 09 maio 2010.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.

THEODORO, Suzi Huff (org) *et al.* **Mediação de conflitos socioambientais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

THEODORO, Suzi Huff. **Conflitos e uso sustentável dos recursos naturais.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: Um estudo da percepção e valores do meio ambiente.** São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

VASCONCELOS, Selma. **Zumbi dos palmares.** Recife: FUNCULTURA, 2003.

VAYRYNEN, R. (Ed.). **New directions in conflict theory: conflict resolution and conflict transformation.** London: Newbury Park Sage, 1991.

VIEIRA, Paulo Freire. **Gestão Patrimonial de Recursos Naturais: Construindo o Ecodesenvolvimento em Regiões Litorâneas.** In: CAVALCANTI, Clóvis. (Org). *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável.* São Paulo: Cortez, 1995. p. 293-322.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros. **A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.